



CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS

Ata da 64ª reunião, realizada em 25 de setembro de 2020

1 Em 25 de setembro de 2020, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros
5 titulares e suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante
6 da SEMAD. Representantes do poder público: Verônica Ildelfonso Cunha
7 Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia Monteiro,
8 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Jeane Araújo
9 Jorge Magnane, da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
10 (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento
11 Econômico de Minas Gerais (Codemig); Enio Marcus Brandão Fonseca, do
12 Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
13 (Ibama); Luiz Henrique Passos Rezende, da Agência Nacional de Mineração
14 (ANM). Representantes da sociedade civil: Denise Bernardes Couto, do Sindicato
15 da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Thiago Rodrigues
16 Cavalcanti, da Federação das Indústrias do Estado de Minas (Fiemg); José
17 Angelo Paganini, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio
18 Doce; Julio Cesar Dutra Grillo, da Associação para Proteção Ambiental do Vale
19 do Mutuca (ProMutuca); Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima, da Sociedade
20 Mineira de Engenheiros (SME); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de
21 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes-MG). **Assuntos em pauta. 1)**
22 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
23 Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou
24 aberta a 64ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias e registrou a seguinte
25 manifestação: “Eu queria deixar registrados os nossos agradecimentos. Nesta
26 semana, foi publicada a saída do nosso agora ex-secretário Dr. Germano, que
27 muito contribuiu para o meio ambiente. Eu estou no meio ambiente desde
28 setembro de 2006. Obviamente, qualquer trabalho que é desenvolvido é uma
29 continuidade, mas nós não podemos negar a competência e o que o Germano fez
30 em prol do meio ambiente. Então ficam o nosso registro e o agradecimento aos
31 trabalhos desempenhados pelo Germano diante da nossa Secretaria.” **3)**
32 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro
33 Julio Cesar Dutra Grillo: “Inicialmente, gostaria de cumprimentar a todos os
34 participantes da reunião e a todas as pessoas que estão assistindo. Minha fala
35 deve demorar uns 15 minutos. Gostaria de solicitar ao presidente desta seção o
36 tempo complementar de 5 a 10 minutos. Gostaria também de parabenizar a
37 SEMAD e todos os seus servidores atuais e passados pelos 25 anos desta

38 instituição. Vou adaptar neste momento partes da minha fala na reunião plenária
39 do COPAM que comemorou os 25 anos da SEMAD, adequando-a à nova
40 secretária de Meio Ambiente de Minas Gerais, Marília Melo, de quem temos uma
41 expectativa muito positiva. O ex-secretário, Germano, pouco antes de sua saída,
42 ilustrou com sensibilidade e clareza a necessidade de evoluirmos nosso sistema
43 de gestão ambiental usando um trecho da poesia ‘Há um tempo’, de Fernando
44 Pessoa: ‘Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas... Que já
45 têm a forma do nosso corpo... E esquecer os nossos caminhos que nos levam
46 sempre aos mesmos lugares... É o tempo da travessia... E se não ousarmos fazê-
47 la... Teremos ficado... para sempre... À margem de nós mesmos...’ A poesia foi
48 bem escolhida. O Germano tem razão. Acho que neste momento não podemos
49 olhar apenas para o passado, para o que já foi realizado, temos também que olhar
50 para nosso presente e para o nosso futuro. É imperativo repensarmos o nosso
51 futuro e contarmos com a sensibilidade e os conhecimentos técnicos indubitáveis
52 da secretária Marília para estas mudanças, necessárias e urgentes. Os sistemas
53 de defesa do meio ambiente no planeta e na nossa região não estão funcionando
54 bem, precisam de correções profundas e urgentes. Em nível global, para resumir,
55 há uma grave crise climática, e não sabemos se e como vamos sair ou conviver
56 com ela. Os sistemas globais atuais de defesa do meio ambiente ainda não nos
57 propiciaram soluções – vide a irresponsabilidade inimputável do governo federal
58 com o desmantelamento das nossas instituições e com as queimadas na
59 Amazônia e no Pantanal. Em nível local, há uma grave crise hídrica na Região
60 Metropolitana de Belo Horizonte e em outros lugares do Estado. Para mudar esta
61 realidade, contamos com a especialização da atual secretária Marília, que tem
62 doutorado em segurança hídrica para abastecimento urbano. Temos também um
63 histórico de rompimentos de barragens que ainda não deve ter terminado. O não
64 descomissionamento de todas as barragens de rejeitos representa muitas
65 bombas armadas para as gerações futuras. O problema das barragens deixadas
66 ao léu, sem descomissionar, é que elas podem romper daqui a 5, 10, 50, 200
67 anos. Nosso processo de licenciamento ambiental está deixando estas bombas
68 armadas para a economia pública, para a sociedade e para o meio ambiente.
69 Nossos córregos estão em estado lastimável, quase todos assoreados pelas
70 minerações e empreendimentos imobiliários realizados com desprezo por
71 precaução, prevenção e sustentabilidade. Os impactos sobre nossas águas
72 subterrâneas são desconhecidos e poderão nos trazer problemas imensos em
73 futuro próximo. Nossos corredores ecológicos estão acabando, e a Fiemg e a CMI
74 (Câmara do Mercado Imobiliário), vergonhosamente, já se pronunciaram em
75 conselhos pela inexistência dos corredores ecológicos – confiando, naturalmente,
76 que com a sua maioria de votos nos conselhos impedirá a legalização daqueles
77 corredores que, de fato, já existem na natureza, que estamos apenas
78 reconhecendo. O IEF vem trabalhando desde 1998 sobre esse assunto e tem
79 todos os estudos necessários para a implantação de alguns dos mais importantes
80 corredores do nosso Estado, mas a Fiemg, as mineradoras e a CMI, de alguma

81 forma, não permitem que se implantem os corredores ecológicos necessários
82 para mantermos vivas as nossas unidades de conservação. Os corredores
83 ecológicos da Região Metropolitana de Belo Horizonte devem acabar em poucos
84 anos. Pela pressão das mineradoras, provavelmente, perderemos também as
85 poucas unidades de conservação existentes no quadrilátero ferrífero / aquífero.
86 Vide Parque Estadual da Serra do Rola Moça e a autorização para a MGB minerar
87 dentro de sua área de amortecimento, fazendo fronteira com o parque. Vide o
88 MONA da Serra da Moeda e a pressão para retalhar suas fronteiras para
89 beneficiar a Gerdau. Vide a autorização para a continuidade da mineração na
90 serra da Piedade e as espertezas ilegais de algumas mineradoras na serra do
91 Curral. Nossa sociedade está perdendo seus bens materiais e imateriais para o
92 descuido com o meio ambiente. A situação de povoados como os de Brumadinho,
93 Mariana, Macacos, André do Mato Dentro e outros deixa esta triste realidade
94 escancarada. O patrimônio paisagístico natural e as nossas poucas águas termais
95 – como em Catas Altas –, que poderiam propiciar renda futura com o turismo,
96 estão sendo destruídos pela mineração. Nossos rios têm sido destruídos para a
97 retirada de areia, que já deveria estar sendo substituída pela areia proveniente
98 dos rejeitos de mineração. Temos que mudar a nossa matriz energética com mais
99 velocidade. Nada justifica fazer novas hidroelétricas se podemos usar os espelhos
100 d'água das represas existentes para colocar painéis fotovoltaicos flutuantes –
101 solução certamente mais barata, menos prejudicial à economia pública e com
102 menos impactos sociais e ambientais. Um exemplo claro: a Usina Hidroelétrica de
103 Formoso irá gerar 306 MW e provocar perdas para a economia pública, para a
104 sociedade e para o meio ambiente. Se usarmos aproximadamente 300 hectares
105 de placas fotovoltaicas, geraremos a mesma quantidade de energia, de forma
106 certamente mais barata e com menos impactos para a sociedade e o meio
107 ambiente. Essas placas podem ser flutuantes e ocupar parte do espelho d'água
108 de, por exemplo, Três Marias. O lago daquela hidroelétrica tem 1.040 km². Para
109 gerar a energia de Formoso, necessitaríamos de 3 a 4 km² do seu espelho d'água
110 – menos de 0,5% da sua área –, com um bom espaçamento, de forma a manter
111 iluminadas suas águas mais profundas. As usinas que estão sendo implantadas
112 no rio Aiuruoca são lamentáveis. Poderíamos estar usando parte de outros
113 espelhos d'água, como o de Furnas, com 1.440 km², para gerar aquela energia
114 sem deixar os impactos que essas usinas irão provocar. Além do mais, quando
115 se gera a energia do espelho d'água de uma hidroelétrica atualmente existente,
116 não tem que construir linhas de transmissão, elas já estão ali. Quer dizer, é outro
117 custo que não existiria. Nós temos que analisar as relações de causa e efeito do
118 trágico estado de degradação ambiental na nossa região frente ao processo de
119 licenciamento ambiental das minerações e dos grandes empreendimentos
120 imobiliários. Todo esse quadro evidencia que a legislação ambiental em Minas
121 Gerais não tem nos propiciado defesa ambiental, segurança hídrica e nem um
122 desenvolvimento sustentável. A manutenção das leis e dos processos de
123 licenciamento atuais, certamente, nos levará a mais perdas de vidas, rios, matas,

124 do patrimônio paisagístico natural e na economia pública. Esse não é um
125 problema exclusivo da gestão passada. Ao longo destes 25 anos, as leis
126 ambientais não evoluíram na velocidade necessária para se adaptar aos novos
127 tempos e às novas demandas, e em alguns momentos nossas leis regrediram
128 claramente. Precisamos ter mais cuidado com as consequências futuras do que
129 estamos aprovando. Temos que estudar com mais critério a sustentabilidade dos
130 nossos empreendimentos e sermos mais firmes com os princípios da precaução
131 e da prevenção. A atual gestão ambiental em Minas Gerais, os servidores do
132 Sisema e os profissionais do direito ambiental mineiros deveriam refletir
133 profundamente sobre quais poderiam ser as suas contribuições para estancar o
134 desastre que estamos assistindo. Os licenciamentos e as fiscalizações no Estado
135 de Minas Gerais não evitaram o rompimento das barragens de Fundão, em
136 Mariana, nem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, e há dezenas de barragens
137 com alto risco de rompimento, que são consequência direta da fragilidade do
138 nosso sistema de licenciamento. Após esses crimes, quase nada foi feito para
139 alterar o processo de licenciamento. Pelo contrário, todas as condições para que
140 o licenciamento ambiental continue submetido às vontades das mineradoras e da
141 Fiemg foram mantidas. Por exemplo: o único avanço que tivemos, desde o
142 rompimento de Brumadinho até este momento, foi a Lei 23.291/2019, resultante
143 do Projeto Mar de Lama Nunca Mais e da participação intensa do Ministério
144 Público de Minas Gerais, das ONGs de defesa do meio ambiente, do Ibama e do
145 deputado João Vitor. Entretanto, essa lei vem sendo tecnicamente flexibilizada,
146 como no caso do alteamento da barragem da Anglo American em Conceição do
147 Mato Dentro, deferido pela Câmara de Atividades Minerárias (CMI), no final de
148 2019, em descon sideração aos seguintes artigos da 23.291: ‘Art. 2º. Na
149 implementação da política instituída por esta lei, serão observados os seguintes
150 princípios: I – prevalência da norma mais protetiva ao meio ambiente e às
151 comunidades potencialmente afetadas pelos empreendimentos’; Art. 12º. Fica
152 vedada a concessão de licença ambiental para construção, instalação, ampliação
153 ou alteamento de barragem em cujos estudos de cenários de rupturas seja
154 identificada comunidade na zona de autossalvamento’. É importante notar que
155 essa flexibilização administrativa da lei contraria também princípios básicos da
156 sustentabilidade. Para a economia pública, o melhor seria que os rejeitos fossem
157 disponibilizados a seco. Se assim realizado, haveria investimento em uma nova
158 instalação industrial que aumentaria o recolhimento de impostos e diminuiria os
159 riscos de perdas para a economia pública – perdas, eventualmente, ocasionadas
160 pelo alto potencial de dano daquela barragem. Para a sociedade local, a
161 disposição a seco geraria novas oportunidades de trabalho e diminuiria o imenso
162 risco de se viver a jusante daquela barragem. E para o meio ambiente o risco de
163 um novo grande desastre seria minimizado. Esse licenciamento foi lamentável e
164 ficará como um triste exemplo da submissão do governo do Estado de Minas
165 Gerais aos interesses irresponsáveis e insustentáveis das mineradoras. Cara
166 Marília, o fato é que o conceito ‘sustentabilidade’ é ainda quase inexistente nos

167 licenciamentos ambientais. A lei que criou a SEMAD – Secretaria de Estado de
168 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável –, em meados da década de 1990,
169 mesmo em sua última versão, a coloca como responsável pela sustentabilidade
170 dos empreendimentos a serem licenciados. Porém, o fator sustentabilidade não é
171 observado nos processos de licenciamento ambiental, nem para
172 empreendimentos com alto potencial de dano, e mesmo sendo elemento
173 fundamental e estrutural da SEMAD. Ao meu ver, o processo de licenciamento
174 ambiental deveria passar por uma triagem criteriosa na porta de entrada da
175 SEMAD. Processos com potencial de dano à economia pública, à sociedade ou
176 ao meio ambiente deveriam passar por uma análise de sustentabilidade
177 anteriormente ou em paralelo, na medida do possível, com o licenciamento
178 ambiental. Tal análise deveria ser feita por três grupos diferentes. Um grupo de
179 economistas analisaria a sustentabilidade, do ponto de vista da economia pública,
180 através de um fluxo de caixa com horizonte de 50 anos, que nos possibilitaria
181 analisar a sustentabilidade do empreendimento, no curto (5 anos), médio (20
182 anos) e longo prazo (50 anos). Nesse fluxo de caixa seriam consideradas: 1 - As
183 receitas com impostos e as desonerações; 2 - Os investimentos e as
184 depreciações; 3 - Os custos operacionais públicos decorrentes daquela atividade;
185 4 - A valoração do potencial de danos sociais, ambientais e à economia pública e
186 os custos das compensações e reparações; 5 - Com os valores acima colocados
187 em uma planilha conheceríamos o saldo semestral e o saldo acumulado para a
188 economia pública ao longo de 50 anos. Não fazer essa análise pode possibilitar a
189 transferência de recursos da economia pública para organizações privadas no
190 médio e longo prazo. Por exemplo: daqui a 50 ou 100 anos, quem estará cuidando
191 das barragens que não forem descaracterizadas? Quem arcará com os prejuízos
192 de desastres potenciais? Um segundo grupo, composto por sociólogos e outros
193 profissionais da área social, estudaria a sustentabilidade do empreendimento do
194 ponto de vista da sociedade. Incluiria eventuais perdas ou ganhos em bens
195 materiais (casas, veículos e outros) e em bens imateriais (culturais, locacionais,
196 afetivos e outros) no curto, médio e longo prazo repassando essas informações
197 para o primeiro grupo, que colocaria valores nessas perdas e ganhos potenciais.
198 Um terceiro grupo, composto por especialistas em meio ambiente e engenheiros
199 hidrogeologistas, verificaria a sustentabilidade ambiental do empreendimento no
200 curto, médio e longo prazo. Focaria a atenção nos impactos potenciais sobre a
201 segurança hídrica, a preservação da fauna, da flora, dos corredores ecológicos e
202 de outras unidades de proteção, conservação e preservação, repassando essas
203 informações para o primeiro grupo, que colocaria valores nessas perdas e ganhos
204 potenciais. No caso das mineradoras que obtiverem parecer favorável quanto a
205 sustentabilidade do empreendimento proposto, a SEMAD contrataria, entre um
206 grupo de empresas previamente homologadas, a confecção do EIA/Rima (Estudo
207 de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental). As empresas seriam
208 remuneradas pela mineradora solicitante do licenciamento. Da forma que é feito
209 atualmente, as mineradoras contratam o EIA/Rima ou a fiscalização de

210 consultorias escolhidas por elas próprias, o que macula e desacredita a
211 imparcialidade dos laudos. Os desastres com rompimentos de barragens têm
212 evidenciado que faltou ética nas relações entre as mineradoras e o mercado de
213 consultoria, como visto em Brumadinho nas relações entre a Vale e a TÜV SÜD.
214 Mas será que a falta de ética ocorreu apenas naquele caso? Repetindo: será que
215 a falta de ética ocorreu apenas naquele caso? Somente com as consultorias?
216 Muito provavelmente, não. O Estado de Minas Gerais não pode continuar a
217 acreditar nos EIA/Rimas produzidos pelas mineradoras e não pode continuar a
218 acreditar nas autofiscalizações, pois os impactos potenciais e seus prejuízos são
219 muito altos. É muito importante que seja a SEMAD a contratar a empresa que
220 elabora o EIA/Rima. Atualmente, a SEMAD analisa os processos de licenciamento
221 ambiental se limitando aos documentos apresentados pelas mineradoras e
222 confiando na veracidade das informações. Se uma consultoria for ‘convencida’ a
223 eliminar ou adulterar alguns itens críticos de seu EIA/Rima ou das suas
224 fiscalizações, essas mudanças não serão identificadas pela SEMAD e nem
225 tampouco serão analisadas. O crime de Córrego do Feijão é um exemplo
226 irrefutável: a Vale omitiu o risco de rompimento imediato em que a barragem se
227 encontrava, o que permitiu um parecer por parte da SEMAD que passava bem
228 longe da realidade. Da mesma forma, inúmeras outras barragens naquele instante
229 estavam com o seu risco de rompimento omitido. Nós fomos ver isso num prazo
230 de dois meses após o rompimento de Brumadinho, quando apareceu um monte
231 de barragem que estão para romper. Isso deixa claro que a contratação de uma
232 consultoria para elaboração do EIA/Rima ou da fiscalização não poderia ficar a
233 cargo das mineradoras. Mais uma vez cabe ressaltar que as empresas solicitantes
234 deveriam arcar com os custos do EIA-Rima, mas que, entretanto, a escolha da
235 consultoria para elaborá-lo, e também a interlocução, caberia à SEMAD,
236 obedecendo a normas e procedimentos previamente estabelecidos. Além disso,
237 no caso de empreendimentos com alto potencial de dano, a consultoria
238 responsável pelo EIA/Rima deveria apresentar uma primeira análise de
239 sustentabilidade econômica, sociocultural e ambiental, para o curto, médio e longo
240 prazo. Outro problema grave é o fracionamento dos empreendimentos em
241 pequenas partes, aparentemente isoladas, mas na realidade interconectadas.
242 Isso impede uma análise integrada dos impactos cumulativos e sinérgicos do que
243 está sendo proposto à economia pública, à sociedade diretamente afetada e ao
244 meio ambiente. Vide o caso da CSN, fragmentando seus licenciamentos em
245 dezenas de partes ao mesmo tempo em que anuncia um IPO de R\$ 1,1 bilhão
246 para triplicar a exploração em Congonhas (de 33 para 108 milhões de toneladas
247 por ano). Congonhas é a cidade dos profetas, das mais importantes cidades
248 históricas e turísticas do nosso Estado. Cidade que enfrenta o receio de ficar sem
249 água durante e após o encerramento das atividades minerárias; que tem um
250 volume de poeira no ar inaceitável e que vê os processos de licenciamento
251 fragmentados em pequenas partes, impossibilitando um entendimento macro da
252 real situação do município. Ora, qualquer investidor em potencial irá querer ver o

253 planejamento daquela atividade, de forma integrada. Por qual motivo a CSN tem
254 um planejamento para o IPO e não o apresenta para licenciamento? Claramente
255 porque é mais fácil licenciar em pequenos pedaços, onde não se consegue
256 imaginar os impactos cumulativos e sinérgicos. Creio que a secretária Marília
257 sabe bem que não podemos dar continuidade a esses empreendimentos de alto
258 impacto de forma fracionada. Temos que conhecer a realidade dos impactos de
259 todos os licenciamentos e outorgas da bacia, nas suas águas superficiais e
260 profundas, de forma integrada. Após a elaboração do Parecer Único de um
261 licenciamento ambiental pela SEMAD, o processo é enviado à Câmara de
262 Atividades Minerárias (CMI) do COPAM, cabendo ao colegiado da CMI deliberar
263 pelo deferimento ou indeferimento do processo. Há fortes evidências de que a
264 mineração tem maioria assegurada nas deliberações deste Conselho, vide atas
265 da CMI dos últimos anos: quase sempre 10 a 2 ou 9 a 3 votos a favor do
266 deferimento dos empreendimentos minerários. Importante dizer que as ONGs
267 contrataram estudantes de estatística e hoje têm todos esses dados tabulados. O
268 fato é que os Processos Administrativos (PA) – que chegam para a deliberação
269 da CMI, acompanhados do respectivo Parecer Único (PU) – já têm suas
270 aprovações praticamente garantidas. Metade dos votos do Conselho são do
271 governo, que se faz representar por diversas Secretarias, que chegam sempre
272 com o voto já definido pelo deferimento do que for sugerido pela SEMAD. Nenhum
273 argumento ou documentação que as ONGs de defesa do meio ambiente
274 apresentem, por mais sólidos e consistentes que sejam, alteram tais votos. Se
275 50% dos votos pertencem ao poder público e estão sempre a favor do Parecer
276 Único a ser analisado, a outra metade deveria estar com representantes da
277 sociedade civil. Porém, no que consideramos uma grave distorção das ideias
278 iniciais dos conselhos de meio ambiente, três dos votos restantes estão nas mãos
279 de representantes e defensores das mineradoras que, normalmente, assinam em
280 conjunto os pareceres de vista dos representantes do poder econômico. Com
281 isso, o Parecer Único já tem garantidos 75% dos votos do Conselho, isso no caso
282 de ser a favor. O desenrolar das reuniões e das votações dá a sensação de ser
283 uma encenação, porque os mais calorosos e profundos debates técnicos não
284 alteram o curso dos votos previamente definidos. Os representantes da sociedade
285 civil podem apresentar seus argumentos e os documentos que geram ao pedir
286 vista dos processos, mas o fato é que falam para as paredes. Os conselheiros,
287 majoritariamente, não consideram os problemas apresentados pelos
288 representantes das ONGs de defesa do meio ambiente ou mesmo das
289 universidades, nem tampouco observam os princípios da precaução e prevenção.
290 Os argumentos e os pareceres de vista ficam registrados nas atas da CMI
291 tornando-se parte do Processo Administrativo, servindo tão somente como
292 registros históricos, absolutamente sem efeito prático. E isso tem se repetido,
293 reunião após reunião, há anos. O que pode ser facilmente constatado pelo exame
294 da documentação dos PAs e das atas das reuniões. Vejamos alguns argumentos
295 e problemas potenciais apresentados pelos conselheiros que representam as

296 ONGs na CMI, e que os conselheiros que representam o governo têm se negado
297 a conhecer, a estudar, a considerar: – Barragens de rejeitos podem romper, o
298 potencial de dano é imenso e não termina em 10 ou 30 anos, podendo se estender
299 por séculos, enquanto não forem descomissionadas; – Uma pilha de rejeitos,
300 dependendo da altura, do subsolo e da forma como estiver sendo projetada ou
301 operada, pode apresentar recalques diferenciais e colocar vidas e meio ambiente
302 em risco. O Conselho deveria estar seguro de que as pilhas serão projetadas e
303 operadas para situações de recalques diferenciais; – Em processos que incluam
304 rebaixamentos de lençol freático é necessário ter um modelo hidrológico integrado
305 das águas superficiais e profundas para que possam ser entendidos os impactos
306 cumulativos e sinérgicos daquele rebaixamento e dos anteriormente licenciados
307 ou outorgados sobre o meio ambiente e a sociedade local, no curto, médio e longo
308 prazo; – Não podemos continuar a aprovar a destruição de cursos d'água para a
309 retirada de areia a ser consumida no quadrilátero ferrífero / aquífero, pois a areia
310 para esse consumo pode vir dos rejeitos da mineração. É uma forma de conservar
311 melhor nossos rios e diminuir a pressão dos rejeitos sobre nossos recursos
312 naturais; – A mineração não pode continuar a usar o sistema viário público para
313 o transporte de minérios ou rejeitos, sendo sua obrigação apontar as alternativas
314 para esse transporte. O uso constante e compartilhado do sistema viário público,
315 além de significar transferência de recursos públicos para empresários, provoca
316 acidentes, desastres e poluição. Neste momento, o governo de Minas Gerais, com
317 o BDMG e a SEMAD envolvidos, está desenvolvendo um trabalho conjunto com
318 o governo da Alemanha, através da FGV Europa. É muito importante que os
319 consultores alemães estejam a par de como funcionam nossos conselhos, já que
320 na Alemanha o poder econômico tem voz, mas não tem voto em seus conselhos
321 de meio ambiente. Gostaríamos de saber o que os alemães acham de conselhos
322 onde o poder econômico tem sempre a maioria dos votos. Claro que, com a
323 formação atual deste Conselho, que é deliberativo, é impossível para os
324 representantes da sociedade protegerem o meio ambiente, suas vidas e
325 patrimônio material e imaterial, de ações insustentáveis e que não levam em
326 consideração os princípios da prevenção e da precaução. É claro, para todos que
327 analisem a atual situação, que a composição do conselho da CMI, que é
328 deliberativo, não protege o meio ambiente nem a sociedade. Neste momento, é
329 importante ressaltar que a condução das reuniões da Câmara de Atividades
330 Minerárias do COPAM, geralmente, ocorre com serenidade e respeito. Todos os
331 conselheiros têm a oportunidade de se manifestar, bem como as pessoas que
332 estão no plenário, e a secretaria que atende o conselho é sempre solícita. As
333 participações dos servidores da SEMAD nas reuniões são competentes e
334 harmoniosas. Os Pareceres Únicos emitidos pela SEMAD são, via de regra, bem
335 feitos, mas claramente insuficientes para nos garantir um mínimo de
336 sustentabilidade, prevenção e precaução – já que os servidores, com as leis,
337 decretos, normas e procedimentos atuais, não analisam as informações omitidas
338 ou falseadas. Como consequência das fragmentações dos processos, os

339 servidores da SEMAD não têm como analisar os impactos cumulativos e
340 sinérgicos e nem questões como segurança hídrica. Talvez, um dos melhores
341 exemplos das perdas ambientais que tivemos nos últimos 25 anos seja a APA-
342 SUL. Para proteger as cabeceiras dos mananciais que abastecem a RMBH, em
343 1992, foi criada a APA-SUL – Área de Proteção Ambiental ao Sul da Região
344 Metropolitana de Belo Horizonte. Após sua legalização em 1994, com prazo de 6
345 meses para apresentar o Zoneamento Ecológico Econômico, foi criado o
346 Conselho da APA-SUL, onde representei por anos as ONGs de defesa do meio
347 ambiente. O Estado não fez o Zoneamento Ecológico Econômico que deveria, e,
348 no Conselho, ao longo de 26 anos, não foi gerada nenhuma regra de uso e
349 ocupação do solo para aquela região. As sugestões de regras que a própria
350 sociedade civil apresentou foram totalmente desconsideradas ou simplesmente
351 desapareceram na Gerência da APA-SUL. No Conselho, a junção de
352 representantes do governo com os representantes da Câmara do Mercado
353 Imobiliário e do Ibram (Instituto Brasileiro da Mineração) bloqueou todas as
354 iniciativas de se regulamentar o uso do solo da APA-SUL, realidade que
355 permanece. E as ONGs serviram, ao longo desse tempo, apenas para legitimar o
356 processo – aparentemente democrático e teoricamente com participação da
357 sociedade civil. Um processo cuja decisão emana do governo, sempre
358 interessado no aspecto econômico imediato do empreendimento através do
359 recolhimento de impostos e dos empregos gerados, e sem nunca realizar uma
360 análise de sustentabilidade, sem pensar no futuro. E das mineradoras,
361 exclusivamente interessadas no lucro dos acionistas, que em grande parte nem
362 vivem no Brasil, objetivando a redução ao extremo da carga tributária, chegando
363 à sonegação, como já denunciado pelo TCU, além de práticas de elisão fiscal
364 extremamente questionáveis. O resultado – entre outros – é que, apesar da
365 RMBH ser considerada uma imensa caixa d'água, estamos entrando em uma
366 crise hídrica cujo fim não conhecemos. Corremos o sério risco de ficarmos sem
367 água por meses ou anos no caso de uma das inúmeras barragens a montante de
368 Bela Fama (captação da Copasa no rio das Velhas) se romper. É imprescindível
369 lembrar que, no momento presente, há diversas barragens com risco iminente de
370 ruptura, o que, sem dúvida, é também consequência direta da falta de poder da
371 sociedade nos conselhos. A legislação ambiental do Estado de Minas Gerais, da
372 forma como se apresenta hoje, não possibilita à sociedade civil atuar a favor da
373 preservação ambiental, da sustentabilidade e na prevenção de desastres. Nossas
374 leis, decretos, normas e procedimentos precisam passar por profunda evolução,
375 e isso deve ser rápido – estamos atingindo o limite em muitas frentes. As
376 consequências estão claramente no nosso entorno: nas crateras que enfeiam
377 nossa paisagem; nas barragens rompidas e no receio de novos rompimentos, que
378 retiram a possibilidade de florescimento de outras atividades econômicas
379 sustentáveis; nos rios perdidos; na situação desesperadora em que se encontram
380 muitas comunidades como as de Bento Rodrigues, André do Mato Dentro,
381 Macacos e outras; na morte dos nossos córregos e nascentes; nos rebaixamentos

382 de lençol freático e suas consequências sociais e ambientais; nas perdas de
383 corredores ecológicos, matas e vidas; nas perdas para a economia pública. A
384 composição dos conselhos deve ser profundamente alterada, necessitamos de
385 uma paridade real entre representantes do governo e da sociedade civil sem fins
386 lucrativos. Uma pergunta, será que em pleno século XXI, com uma crise climática
387 que está se aprofundando rapidamente e com a crise hídrica que já está aí,
388 devemos manter nos conselhos de meio ambiente pessoas e entidades que
389 demonstram desprezo pela questão ambiental, pelo desenvolvimento sustentável
390 e pelos princípios de precaução e prevenção? A sociedade precisa e aguarda
391 uma ação firme dos legisladores, dos servidores do Sisema e dos profissionais do
392 direito para proteger vidas e evitar a catástrofe ambiental que se avizinha. O
393 Estado de Minas Gerais tem a oportunidade de transformar este triste retrato da
394 nossa situação ambiental. Já vimos o comprometimento da SEMAD com a exitosa
395 redução nos prazos de licenciamento. Gostaríamos de ver essa mesma
396 determinação e dedicação na evolução dos nossos processos de licenciamento e
397 na proteção de nossos corredores ecológicos e bacias hidrográficas. Marília, te
398 desejo muito boa sorte, as mudanças são urgentes, e o caminho não é fácil. Mas
399 aproveite que você tem uma boa equipe de servidores, uma boa estrutura
400 organizacional e uma sociedade cada vez mais consciente da necessidade de
401 preservarmos melhor nosso meio ambiente para o presente e para o futuro. Por
402 fim, gostaria de solicitar uma posição sobre a criação do Grupo de Trabalho que
403 irá organizar as reuniões extraordinárias da CMI voltadas a discussão de políticas
404 ambientais. Eu acho que era importante deixar registrado nos 25 anos da SEMAD
405 esse retrato que nós estamos assistindo.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini
406 Nunes de Lima: “Primeiro, o seguinte. Parabenizar, em nome da Sociedade
407 Mineira de Engenheiros e os seus associados, a SEMAD pela efetivação como
408 secretária de Estado da engenheira Marília Melo, nossa associada da SME, pela
409 sua competência, liderança, dedicação e espírito público em prol dos recursos
410 hídricos durante a sua gestão no IGAM, que certamente foram pressupostos para
411 a sua escolha pelo nosso governador Romeu Zema. O segundo ponto é uma nota
412 a respeito da última reunião da Fundação Biodiversitas, a 43ª, na qual eu tive a
413 honra do convite para participar do Conselho Curador da Fundação Biodiversitas
414 para Conservação da Diversidade ocupando a vaga do nosso querido e imortal
415 professor Ângelo Machado. Estou agora, juntamente com grandes colegas,
416 defensores do meio ambiente, como Paulo Haddad, Otavio Elísio, Roberto
417 Messias Franco, Luís Márcio e outros grandes amigos que temos lá. Para mim, é
418 uma honra e foi uma honra muito grande ter sido escolhido para essa função.
419 Terceiro ponto, somente para contextualizar a fala do nosso colega Julio Grillo,
420 que enseja uma série de reflexões e respostas, que vamos prepará-las com
421 tempo, talvez até como elemento indutor para a consolidação desse nosso Grupo
422 de Trabalho. Mas por outro lado, Julio, eu quero deixar aqui muito claro que nós
423 da SME representamos uma sociedade de grandes engenheiros, de elementos
424 técnicos defensores do desenvolvimento sustentável e em defesa de uma

425 mineração que promova esse desenvolvimento. Afinal, somos um Estado que
426 nasceu da mineração, nossos monumentos, como Ouro Preto, Mariana,
427 Congonhas, Diamantina, foram implementados em função da mineração. A
428 mineração deve ser reconhecida como uma das mais importantes atividades do
429 Estado de Minas Gerais, defendida pelo governo, defendida pela sociedade de
430 uma forma geral. E para isso nós não podemos perder o nosso DNA, o nosso
431 DNA de mineradores, o nosso DNA de defensores da terra e defensores do
432 aproveitamento dos minerais que nos trazem recursos, divisas, equilíbrio,
433 inclusive, para a nossa sociedade. De um lado, nós temos que reconhecer os
434 problemas, mas de outro lado nós temos que reconhecer que temos que defender
435 essa mineração de uma forma sustentável, conforme você falou mesmo. Ou seja,
436 nós somos Minas Gerais, nós somos mineração.” Conselheiro Thiago Rodrigues
437 Cavalcanti: “Senhor presidente, eu não vou tratar de todos os assuntos que foram
438 tratados na reunião de hoje porque se não vou ficar 30 minutos aqui falando e
439 atrapalhar demais a reunião, e os senhores também não merecem ficar me
440 ouvindo durante 30 minutos, durante esta reunião toda. Eu queria somente,
441 inicialmente, presidente, mencionar que na semana passada teve reunião do
442 Plenário do COPAM, e eu falei dentro dessa reunião sobre várias ações de
443 sustentabilidade feitas pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.
444 Eu não vou repeti-las aqui para não tomar o tempo dos senhores. Quem tiver
445 interesse e quiser ouvir, está gravado, no YouTube, no âmbito da reunião do
446 Plenário do COPAM da semana passada. Mas eu vou citar dois assuntos aqui
447 que a Fiemg tem trabalhado muito, porque tem relação com esta Câmara. Os
448 outros assuntos podem até ter alguma relação, mas não seria o caso de repeti-
449 los aqui. Um é o programa de fiscalização ambiental preventiva na indústria, um
450 trabalho feito em conjunto com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Se a
451 função do Estado, que a meu ver é trazer sustentabilidade para os
452 empreendimentos e trazer regularização ambiental para esses empreendimentos,
453 a fiscalização ambiental preventiva na indústria cumpre esse papel de forma muito
454 competente. Basta ver que em todos os casos em que houve esse programa, em
455 todos os anos em que houve esse programa, diminuiu-se o número de autuações
456 e aumentou-se o número de empreendimentos regularizados ambientalmente.
457 Então, sendo essa função do Estado regularizar empreendimentos, trazer a
458 regularidade ambiental do empreendimento e não autuá-lo, esse é um programa
459 que realmente cumpre com o conceito de sustentabilidade. E o segundo ponto
460 que tem muita relação com esta Câmara é o apoio integral da Federação das
461 Indústrias ao Projeto de Lei nº 550, que trouxe a Política Nacional de Segurança
462 de Barragens. A meu ver, são dois pontos que tem relação com aqui e que eu
463 queria citar. O restante eu não vou citar. Quem quiser, pode ouvir na reunião do
464 Plenário do COPAM da semana passada. Um outro ponto que eu queria tratar, eu
465 já passei por esse ponto em outras reuniões, mas como elas não estão no site
466 como essa do Plenário do COPAM, eu quero mencionar aqui novamente. É a
467 respeito dos tais corredores ecológicos. O senhor presidente é advogado, assim

468 como eu, e um advogado que eu respeito muito. E tenho grande admiração pelo
469 seu conhecimento. O senhor certamente vai saber o que eu vou dizer aqui.
470 Existem dois princípios da administração pública, previstos no Artigo 37 da nossa
471 Constituição da República, que são o princípio da legalidade e o princípio da
472 publicidade, que nada mais são do que, primeiro, para qualquer restrição, para
473 qualquer obrigação a ser trazida para o administrado, tem que ter sido feita por
474 lei; e o segundo é que qualquer uma dessas obrigações, qualquer uma dessas
475 restrições tem que estar publicada. O Estado de Minas Gerais faz um trabalho
476 muito bom nesse sentido para mostrar onde existem restrições para instalação de
477 empreendimentos, que é a fantástica IDE Sisema. É sensacional isso porque o
478 empreendedor consegue saber, antes de pensar seu empreendimento, aonde ele
479 tem condição de instalar esse empreendimento ou não. E dentro dessa IDE
480 Sisema – aí podemos citar a Deliberação Normativa nº 217/2017 – está o corredor
481 ecológico Sossego Caratinga, que é o único corredor ecológico formalmente
482 instituído no Estado de Minas Gerais. Então a Fiemg nunca foi contra ou falou de
483 forma contrária ao corredor ecológico Sossego Caratinga. Porque ele foi
484 formalmente constituído, porque ele está colocado na IDE Sisema e então é um
485 corredor ecológico que existe no mundo jurídico. Agora supostos corredores
486 ecológicos que não possuem estudos, que não possuem limite e que não estão
487 estabelecidos ou formalmente instituídos, certamente, a Fiemg não concorda. No
488 dia em que forem formalmente instituídos por um ato do poder público – como um
489 decreto ou uma própria lei –, aí, sim, esses corredores ecológicos vão poder trazer
490 alguma restrição para um determinado empreendimento. Então a Fiemg não é
491 contra corredor ecológico, nunca foi contra corredor ecológico. A Fiemg é contra
492 estabelecer restrições em áreas que não estão formalmente instituídas como
493 corredor ecológico ou em áreas que não estejam criadas formalmente como uma
494 área de restrição para empreendimentos. Então eram somente esses dois pontos
495 que eu queria trazer, presidente. Do restante eu não vou tratar aqui para não
496 cansar os senhores.” Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca: “O objetivo da
497 minha fala é apenas registrar, em nome do Ibama, em nome dos servidores do
498 Ibama, é o reconhecimento e o agradecimento ao trabalho do secretário
499 Germano. Registrar a parceria altamente produtiva e de alto nível desenvolvida
500 pelas instituições que eu represento e aquelas vinculadas à Secretaria. E desejar
501 sucesso à nova secretária, Marília, e dizer que a nossa instituição continuará
502 sendo parceira e que esperamos continuar ajudando o Estado de Minas Gerais e
503 ajudando, pela atuação nacional, o nosso país na gestão vinculada a esse tema.
504 Mas eu não poderia deixar de fazer apenas uma colocação na linha de que eu
505 pessoalmente, como um profissional que atua 37 anos nas questões ambientais
506 em diferentes instituições, acredito no modelo do COPAM. Eu acredito no modelo
507 do colegiado, eu acredito na estruturação do COPAM, acredito nas competências
508 inerentes a cada uma das Câmaras. Entendo que elas vêm exercendo, de um
509 modo satisfatório, as suas obrigações. Há sempre possibilidade de melhoria, e
510 isso tem sido uma busca continua tanto do Estado gestor do COPAM quanto dos

511 conselheiros, que estão à procura sempre de que se melhore a governança. Então
512 eu acredito e acho que é o modelo referência para o Brasil inteiro essa estrutura
513 do COPAM, que culmina com a sustentação aos 25 anos de trabalho executado
514 pela Secretaria, que é o braço executivo da questão ambiental no Estado de
515 Minas Gerais.” Conselheira Verônica Ildefonso Cunha Coutinho: “Eu tomo como
516 extremamente ofensiva a fala do conselheiro Julio, eu não estou aqui
517 simplesmente para preencher um lugar, muito menos eu venho com votos
518 predefinidos. Minha atuação como servidora pública não se limita a minha atuação
519 como conselheira do COPAM, sendo meu tempo e as minhas outras demandas
520 de interesse público muito preciosos para que eu devote todo esse tempo de
521 análise dos pareceres e participação em uma reunião como esta inocuamente. Eu
522 acho desrespeitosa a fala, inclusive, com ele mesmo, que dedica todo um tempo
523 em elaboração de um parecer técnico, o qual eu sempre analiso com muito
524 cuidado. Inclusive, está aberto aqui no meu computador, porque eu o utilizo como
525 pauta da pauta, eu vou acompanhando cada colocação dele para ver se a equipe
526 técnica da SEMAD rebate. Os debates técnicos aqui ocorridos são de mister
527 importância para a formação da minha opinião e já me levaram, inclusive, a votar
528 de modo contrário ao Parecer Único, bem como propor condicionante. E como
529 muito bem colocado pelo conselheiro, os votos ficam aqui registrados, podendo
530 ele e todos os que nos acompanham confirmar o que eu estou falando. Ademais,
531 eu ressalto que o licenciamento ambiental é ato vinculado, o que significa que
532 temos que seguir os preceitos legais. Agora, se o conselheiro não está satisfeito
533 com os preceitos legais, esse é um direito dele e de todos. Contudo, a metodologia
534 para combater a suposta ineficiência da legislação me parece equivocada. Bater
535 no Executivo, que age conforme a lei, ao invés de unir forças com a sociedade
536 civil, com o próprio Executivo, Legislativo, entre outros, para alteração daquilo que
537 ele considera ineficaz soa para mim mais útil. Por fim, eu destaco que um dos
538 princípios que regem o direito ambiental é o da vedação ao retrocesso, muito bem
539 observado pelo ex-secretário Germano, que deveria ser lembrado e saudado por
540 todos nós.” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Igual o Luiz, da ANM, falou,
541 nós somos crianças dentro de um conselho de pessoas tão competentes, então
542 temos que falar menos e ouvir muito. Eu concordei bastante com a fala da
543 Verônica e do Orsini. No meu ponto de vista, o COPAM é a ponta da linha, não
544 há o que dizer com relação ao COPAM. Tem que mexer nas leis, é basicamente
545 o que a Verônica falou. Eu concordo com ela em gênero, número e grau. Uma
546 coisa que me afeta, pessoalmente, é a impunidade. Tem muita barragem
547 abandonada, o empreendedor foi embora, e ninguém vai atrás do pessoal. Para
548 mim, o triste no Brasil é impunidade. Então o Judiciário tem muito a ver com essa
549 tragédia toda que estamos vivendo. Desculpa, vocês entendem o que eu estou
550 dizendo. Outra coisa que eu queria dizer também é o seguinte: o que me deixa
551 mais encucado não é que tem 9 votos a 3, 10 votos a 2, 11 votos a 1, o que me
552 deixa mais encucado é que todos os pareceres, 99%, vêm pelo deferimento na
553 CMI. É por isso que eu digo, esse pessoal de mineração, eu entendo que eles são

554 muito competentes, fazem as coisas muito bacana, são gente muito
555 especializada. E eu confio bastante no trabalho da Supram. O que acontece não
556 é que os pareceres não são suficientes, eles sofrem distorções, porque quem quer
557 ser desonesto distorce o sistema a seu favor. Disso estamos carecas de saber.
558 Então é mais ou menos isso. Eu queria só reafirmar, mais uma vez, para todo
559 mundo que está ouvindo, todo mundo que entrou no YouTube, que o meu voto é
560 da Codemig, eu venho aqui com o voto da Codemig. Porque eu, Paulo Eugênio,
561 há 22 anos trabalhando com meio ambiente, tenho mestrado e doutorado no
562 assunto, não me sinto ao nível de votar por mim. Então eu discuto o voto,
563 internamente, e quem conquistou a cadeira na Câmara foi a Codemig. Uma última
564 coisa que eu queria deixar aqui é que eu fiquei sabendo, nesta semana, que o
565 centro de Nova Lima fica na zona de autossalvamento da Vale do Rio Doce. É
566 impressionante. Ainda bem que é da Vale, não é de uma barragem abandonada
567 por aí.” Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Eu queria falar um pouco
568 sobre o que tem acontecido. Eu trabalho na fiscalização de barragens junto com
569 o próprio Claudinei, que o titular aqui no Conselho. Eu acho que o Julio falou muita
570 coisa interessante, e ele é a voz da sociedade neste Conselho. Uma coisa que eu
571 aprendi na minha vida, eu vi uma coisa muito interessante e acho que falei na
572 última reunião, que aqui é uma oportunidade de discutirmos várias coisas que
573 estão acontecendo com a questão ambiental. E na verdade a composição do
574 Conselho, como se diz, é a gente sentar numa mesa num jogo de cartas. Eu
575 aprendi muito com uma dinâmica que fiz uns tempos atrás de que nesse jogo de
576 cartas nós temos que entrar aqui dentro, e não tem que ter vencedor, não é uma
577 ONG vencedora, não é o mercado financeiro vencedor, não é o governo vencedor
578 ou a política de governo vencedora. Nós temos que sair daqui com o empate, que
579 todos os setores saiam satisfeitos com o que precisa ser realizado, que é o
580 desenvolvimento sustentável. Eu queria adiantar que nessas questões de
581 barragens nós temos evoluído muito – infelizmente, por causa dos acidentes –, e
582 muito do que se falou aí está sendo planejado e implementado. O Julio falou outra
583 coisa que é muito importante e que é minha preocupação real e nossa, da Agência
584 Nacional de Mineração, sobre essas bombas que estão colocadas, e nós estamos
585 atuando muito firme para poder desarmar essas bombas. É claro que não temos
586 a capacidade de adivinhar qual vai ser a bomba que vai ser desarmada, mas
587 estamos atuando muito sobre essas barragens de alteamento a montante.
588 Chegamos à conclusão de que estamos no limiar da engenharia e que realmente
589 é preciso abandonar esse tipo de estrutura. E que a nossa engenharia brasileira
590 ficou desacreditada depois disso, mas é uma engenharia de excelência na
591 construção de barragem e sempre foi e não vai deixar de ser. Nós precisamos
592 resgatar isso, porque nós sabemos construir barragens, não com alteamento a
593 montante, mas as outras barragens são exemplos de que podem durar. E quando
594 aplicamos a boa técnica isso vai acontecer com certeza. Eu queria dizer também,
595 até homenageando a Sociedade Mineira de Engenheiros – eu conheço muitas
596 pessoas que passaram por lá –, que a engenharia tem um cunho não só exato,

597 vai muito mais além do exato, tem um cunho social importantíssimo. A palavra
598 'engenharia' deriva da palavra 'engenhari'. Desde os primórdios da humanidade,
599 estamos engenhando, criamos a flecha para caçar, criamos o vaso para plantar,
600 criamos outras coisas que sustentam a nossa sociedade. E é isso que vai
601 continuar. Então a engenharia tem essa palavra 'engenhari', que seja criar, botar
602 a genialidade da humanidade para nos atender. E nós vamos continuar, tendo
603 barragem, não tendo barragem. As ideias que o Julio colocou, nós precisamos
604 conviver com as novas tecnologias, sim, é muito importante, essa geração de
605 energias novas, temos que variar mesmo a matriz. Nós temos que caminhar para
606 o futuro, tirar o Brasil do atraso e levar para o século XXII, não voltar para o século
607 IXX, como tem acontecido em vários pontos. O recado é esse, eu acredito muito
608 no COPAM, é uma evolução que veio recente, nesses últimos 50 anos. Com essa
609 política de meio ambiente que vem sendo aplicada após a década de 80, temos
610 um aprendizado complexo e vamos conseguir e deixar nosso papel para as
611 próximas gerações. Com certeza. E são eles que vão tocar o resto. Como eu falei
612 antes de introduzir a reunião, estamos em uma espaçonave, e ela é a única que
613 temos, por enquanto, e espero que cuidemos bem dela, porque eles vão precisar
614 dela, a nossa espécie vai precisar dela." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini
615 Nunes de Lima: "As minhas palavras são de agradecimento por essa bela
616 colocação feita pelo Luiz Rezende, da ANM. A Sociedade Mineira de
617 Engenheiros, Luiz, tem como princípio essa responsabilidade ética, essa
618 responsabilidade da defesa da engenharia. Eu te agradeço muito por essas
619 palavras elogiosas à nossa Sociedade, esperando também aqui poder contribuir
620 com o COPAM, do qual eu sou um tremendo torcedor para o sucesso, para a
621 efetivação da nossa condição ambiental em Minas Gerais. A Sociedade Mineira
622 de Engenheiros, aqui presente, representa uma gama grande de profissionais
623 dedicados, de profissionais que defendem essa ética e que defendem,
624 principalmente, a sustentabilidade do nosso Estado de Minas Gerais."
625 Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto/SEMAD: "Quanto à fala do conselheiro
626 Paulo Eugênio, eu já fiz essa fala outras vezes. Só para os senhores entenderem
627 também, às vezes as pessoas falam 'a maioria dos processos chegam para o
628 COPAM para deferimento'. Na verdade, se os senhores abrirem aqui na página
629 da SEMAD e irem ao nosso sistema de consulta de decisões, só como
630 curiosidade, coloquem em 'classe 6'. Independente de ser mineração ou qualquer
631 outra atividade. Os senhores vão ver que tem um total, desde 2017, de 325
632 processos finalizados. Classe 6. Quando fazemos um filtro e colocamos
633 'arquivamento', desses 325 processos, 128 são 'arquivamento'. Mais de um terço.
634 Então, na verdade, vários processos entram, e, quando não possuem uma
635 tramitação adequada, quando pedimos uma informação complementar, e o
636 empreendedor não entrega ou quando entrega de maneira insatisfatória, esse
637 processo é arquivado e não vem para o COPAM. Então não é que a grande
638 maioria dos processos vai para deferimento, grande parte deles é arquivada por
639 não atender às nossas solicitações. E outra coisa importante também, se os

640 senhores pararem e olharem o projeto que está no EIA-Rima, que eles entregam
641 na formalização do processo, e o projeto que está indo para deliberação dos
642 senhores, na grande parte não é o mesmo. Vamos supor, o empreendedor pediu
643 uma área X: durante a análise nós vimos que parte dessa área – vamos colocar
644 meio X – não pode porque tem impedimentos legais. Tiramos isso e enviamos
645 para os senhores. Então, eu até brinco e falo, na verdade, é um deferimento
646 parcial na grande parte das vezes em que estão vindo para cá, nem sempre o
647 projeto vem para deferimento conforme foi solicitado. Está para deferimento
648 conforme o parecer da SEMAD. Nós já tiramos, só dando exemplo, área de
649 influência de cavidade de máxima relevância, já tiramos área de Mata Atlântica
650 que não poderia ser suprimida. A nossa equipe fez todo esse pente fino e já tirou
651 o que não pode. Então tem muito arquivamento de que os senhores vão ter ciência
652 pelo nosso site, pelo ‘Diário Oficial’, e tem muito deferimento parcial. Disso é
653 importante que os senhores tenham ciência também.” Conselheiro Paulo Eugênio
654 de Oliveira: “Hidelbrando, eu gostei de saber disso. Como eu milito nessa área
655 sempre do lado do empresário, eu sei que a Supram é muito rigorosa. Eu sei
656 disso. Agora, eu queria, se você soubesse algum motivo, que dissesse por que
657 tanto processo pelo indeferimento na CID em comparação com a CMI. Na CID,
658 sempre vêm dois, três, quatro processos pelo indeferimento. Por que será? De
659 repente é porque deixam para indeferimento da Câmara. Mas é fato que na CMI
660 vem tudo pela aprovação, o que não é ruim, igual você explicou.” Hidelbrando
661 Canabrava Rodrigues Neto/SEMAD: “Eu mandei o link, ficou muito grande. Mas
662 são dois links, já com a pesquisa feita, que eu fiz aqui agora. Disso nós temos que
663 fazer uma análise maior, mas o que eu vejo é: mineração é utilidade pública; por
664 ser utilidade pública, nós temos várias legislações que permitem, por exemplo,
665 intervenção em Mata Atlântica em estágios médio e avançado. É o que a lei fala.
666 Dando um exemplo apenas: uma indústria que foi lá e suprimiu uma vegetação
667 que não poderia, ela não poderá ser regularizada. Uma mineração poderia ser
668 regularizada corretivamente, uma indústria não poderia. É só um exemplo. Mas
669 eu mandei o link para os senhores, e os senhores vão ver que mais de um terço
670 dos processos são arquivados.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só
671 complementando a fala do Hidelbrando, nosso secretário executivo do COPAM,
672 algumas questões também têm que ser relativizadas. Por exemplo, a pauta. ‘Tem
673 quatro processos sendo indeferidos na pauta da CID.’ Mas olha o tamanho da
674 pauta da CID, quantos processos são da CID? Na pauta da CID, vêm 30
675 processos, 25 processos. Então às vezes, proporcionalmente, vai ser a mesma
676 coisa. Outra situação que acontece muito: quando o empreendedor tem o seu
677 processo já pelo indeferimento, às vezes ele nem espera ser arquivado e já
678 desiste do processo. Isso acontece demais também.” Sra. Vera/ Representante
679 da sociedade civil: “Eu sou moradora de Casa Branca, em Brumadinho, e venho
680 aqui falar em nome dos bairros Parque das Águas, Jardim Casa Branca, bairro da
681 Ponte, condomínio Aldeia da Cachoeira das Pedras, os bairros que experimentam
682 da água que vem dessa região da serra do Rola-Moça; Associação Comunitária

683 Recanto da Aldeia, Movimento Águas e Serras de Casa Branca. Sobre o
684 empreendimento MGB, na unidade de conservação de proteção ambiental do
685 Parque Estadual da Serra do Rola-Moça, eu gostaria de pedir que fosse retirado
686 de pauta em relação ao indeferimento do Parecer Único da Supram. A minha
687 manifestação é para que se retire da pauta esse item uma vez que a própria
688 Secretaria de Meio Ambiente indefere esse empreendimento. É essa a minha
689 manifestação.” Maria Clara Paiva/Representante da sociedade civil: “Dirigindo ao
690 senhor presidente a solicitação de retirada da pauta do item 10, do processo
691 administrativo para exame da Licença Prévia da Mineração Geral do Brasil (MGB).
692 Eu sou moradora de Casa Branca, reitero todos os grupos e comunidades e
693 associações que foram mencionados pela Sra. Vera. A razão de solicitar que esse
694 item seja retirado de pauta se dá pelo fato de que, pela descrição do item na
695 pauta, ele sugere que seja continuado esse processo de licenciamento e
696 analisado em sua íntegra. Eu não estou familiarizada com os processos do
697 COPAM, mas estou bem familiarizada com o processo que corre na Justiça em
698 relação a esse empreendimento, tanto no nível da esfera federal quanto na
699 municipal. A sentença da Justiça Federal que derrubou parcialmente a tutela de
700 urgência que impedia a continuidade desse processo se refere exclusivamente a
701 autorização para intervenção de emergência na Barragem 1 para
702 descaracterização dessa. E o nosso entendimento é que a forma como o item foi
703 posto em pauta desconsidera o fato de que a Justiça somente autorizou a
704 intervenção emergencial para descaracterização da barragem e não para todo o
705 processo do empreendimento, que envolve lavra a céu aberto dentro de uma área
706 de proteção, com a previsão de construções que fazem uso direto dos recursos
707 naturais, o que ainda, ao meu entendimento, não está autorizado pela legislação.
708 Então, pensando sobre toda a responsabilidade do Judiciário, mencionada pelo
709 conselheiro Paulo Eugênio – eu concordo com ele que em muitos casos há uma
710 intervenção às vezes equivocada –, eu posso dizer que, do que a gente vem
711 acompanhando desse processo na Justiça, há vários argumentos dúbios e
712 levianos no uso da informação oficial, às vezes, de uma forma parcial, há
713 inverdades, e os argumentos que foram apresentados à Justiça são argumentos
714 para induzir o juízo a erro, o que provavelmente ocorrerá com os senhores.
715 Lembrando que as decisões e votos assumidos pelos senhores, como agentes
716 públicos, também decorrem de ônus e consequências de ordem legal. Então a
717 minha sugestão, para proteção dos senhores e para a proteção do meio ambiente
718 e da sustentabilidade é que esse processo seja retirado de pauta, para que os
719 dados sejam, primeiro, analisados melhor, todos esses processos que estão na
720 Justiça, um entendimento mais claro do que se está, de fato, em jogo. E também
721 para que a descritiva do item seja corretamente posta, porque, da maneira como
722 está, sugere que o processo de licenciamento possa ter continuidade, o que não
723 está autorizado pela Justiça. Então eu gostaria que essa fala constasse em ata e
724 gostaria de solicitar que esse item fosse retirado, porque não nos parece legítimo
725 que ele seja assim votado ou analisado. Que a única autorização que a empresa

726 recebeu é para descaracterização da Barragem 1, em função de uma tutela
727 provisória de urgência que foi deferida na Justiça Federal e que deu a ela
728 autorização para essa intervenção emergencial. Fora isso, que eu saiba, ela não
729 está com nenhuma prerrogativa legal ou de qualquer outra ordem para prosseguir
730 esse licenciamento. Eu queria também dizer e agradecer todas as falas,
731 agradecer muito a fala do Julio Grillo. Pela primeira vez, eu, como sociedade civil,
732 me senti vista e reconhecida numa plenária como esta. Esse sentimento de
733 sermos tratados com certa indiferença é muito ruim, muito difícil, quando nos
734 propomos a ser um cidadão atuante e participativo das questões públicas e de
735 interesse coletivo nas nossas cidades, nas nossas regiões. E quero também dizer
736 a vocês que me trouxe apreço ouvi-los falando em desenvolvimento sustentável,
737 mas, quando estamos falando em meio ambiente, é bom lembrar que os
738 indicadores de PIB não são os únicos indicadores que podemos considerar para
739 falar em sustentabilidade. Quando falamos em meio ambiente – e temos que
740 considerar fauna e flora, indicadores que nunca são considerados no PIB –,
741 precisamos agregar a isso e entender que esses aspectos fazem diferença na
742 vida das pessoas que vivem no território e que devem ser asseguradas como legal
743 a preservação e proteção desses itens, desses elementos considerados, como
744 garantia da qualidade da vida e do meio ambiente para nós e para as futuras
745 gerações. É um direito assistido e garantido pela Constituição ao cidadão. E por
746 isso a nossa participação pedindo a retirada desse item de pauta.” Presidente Yuri
747 Rafael de Oliveira Trovão: “O processo está pelo indeferimento. De qualquer
748 forma, qual é o procedimento sempre em relação aos processos de que é
749 solicitada baixa em diligência ou a retirada do ponto de pauta? Eu escuto,
750 primeiramente, a equipe, porque a equipe analisou o processo e tem condições
751 de subsidiar se aquela baixa em diligência ou retirada de pauta é pertinente. Mas
752 como o conselheiro Julio já deixou claro aqui, por diversas vezes, provavelmente,
753 o Julio vai pedir vista desse processo. Então no momento vamos aguardar a vista
754 do Julio, sem prejuízo de que no momento posterior, voltando o processo em
755 pauta, nós possamos tirá-lo de pauta, caso a equipe entenda pertinente essa
756 retirada.” Maria Clara Paiva/Representante da sociedade civil: “Eu posso sugerir
757 – se não vai ser retirado – que seja reescrito?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira
758 Trovão: “Sendo pedido vista, não entra em discussão. Em relação ao
759 questionamento feito pelo Julio em relação àquela moção, eu quero informá-lo
760 que o processo foi instruído no SEI, levou o nº 13700100368652020-41. Está no
761 Gabinete. Como houve a troca de secretário – o Germano saiu, e entrou a Marília
762 –, provavelmente, eles vão estar verificando no decorrer da semana, e entraremos
763 em contato com o senhor dando maiores informações. A reunião do mês que vem,
764 do mês de outubro, vai ser antecipada.” Vânia Mara de Souza Sarmiento/SEMAD:
765 “O governador decretou, no dia 30 de outubro, o feriado do Dia do Servidor. Então
766 nós vamos antecipar a reunião da CMI para o dia 27. Nós vamos colocar na nossa
767 agenda. Só para certificar aos conselheiros.” **4) EXAME DA ATA DA 63ª**
768 **REUNIÃO**. Aprovada por unanimidade a ata da 63ª reunião da Câmara de

769 Atividades Minerárias, realizada em 28 de agosto de 2020, com as seguintes
770 alterações: – Linha 1.699, onde está escrito “na mão”, leia-se “ter na mão”; – Linha
771 2.584, substituir a palavra “condicionais” por “condicionantes”; – Linha 2.102,
772 retificar que houve abstenção apenas da Relictos e não de ProMutuca e Abes,
773 conforme constou equivocadamente; – Linha 806, a expressão correta é “engodo
774 das privatizações”; – Linha 506, onde está escrito “postos”, leia-se “poços”; –
775 Linha 2.104, onde está escrito “intervenção da empresa”, leia-se “interação da
776 empresa”; – Linha 56, substituir a palavra “apresentam” por “apresento” e a
777 palavra “os” por “aos”; – Linha 224, substituir “gostaria” por “gostariam”; – Linha
778 353, substituir “ser” por “ter”; – Linha 2.420, substituir “então” por “estão”. Votos
779 favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindixtra, Fiemg,
780 Relictos, ProMutuca, SME e Abes. **5) LANÇAMENTO DO CURSO EAD AOS**
781 **MUNICÍPIOS. Apresentação: SEMAD.** Geovana Santos, da Diretoria de Apoio à
782 Gestão Municipal, fez apresentação do curso introdutório de descentralização do
783 licenciamento ambiental para apoio aos municípios. O conteúdo da exposição foi
784 disponibilizado no site da SEMAD. Manifestações. Conselheiro Carlos Eduardo
785 Orsini Nunes de Lima: “Primeiramente, eu queria parabenizar a Geovana pela
786 apresentação e trazer aqui um testemunho de alguns municípios com os quais
787 nós temos interagido, e temos visto uma excelente performance. Eu quero citar
788 aqui três municípios. Um pequeno, que eu tenho um carinho muito especial por
789 ele, que sou frequentador há muitos anos, que é Carmo do Cajuru. Tem um
790 prefeito exemplar, o Edson, que encara essa história como forma competitiva do
791 município. O que tem sido feito em Carmo do Cajuru é uma espécie de
792 aprimoramento do processo tanto de licenciamento como de fiscalização no
793 sentido de o município ser competitivo na atração de indústrias, na atração de
794 empreendimentos. Então esse é o primeiro que eu trago de exemplo e
795 confirmando as suas palavras. O segundo é Juiz de Fora. Você citou Juiz de Fora,
796 com excelente organização do secretário de Meio Ambiente, da Marília, uma
797 pessoa maravilhosa. Nós temos feito alguns trabalhos lá, inclusive com a própria
798 Codemig, Paulo Eugênio, de aproveitamento das áreas da Mercedes-Benz.
799 Estamos fazendo um estudo lá agora de implantação de uma empresa para
800 produção de células de lítio. É um projeto muito interessante, uma coisa
801 extremamente sustentável e exemplar. E eu vejo, no caso, a organização da
802 Secretaria de Meio Ambiente de Juiz de Fora um exemplo também. Tem lá a
803 superintendente Marília, pessoa maravilhosa, uma pessoa espontânea, dedicada.
804 Então eu vejo isso como forma muito importante desse trabalho. E por fim uma
805 outra com que eu tenho tido contato pela própria minha vida de mineração, que é
806 Brumadinho. Em Brumadinho, a prefeitura tem se esmerado nessa situação toda
807 de proteção, de uma visão adequada, de aproveitamento também da mineração.
808 Porque eles têm forte posicionamento da importância da mineração para
809 Brumadinho, apesar do acidente do Córrego do Feijão. Mas Brumadinho
810 necessita da mineração. Brumadinho é um município que vive da mineração.
811 Então a Secretaria está muito preparada e aprimorando muito os conceitos

812 voltados para a própria mineração sustentável, para o próprio aproveitamento de
813 recursos, como recursos residuais da mineração, de programas futuros, planos
814 de fechamento de mina. Um exemplo é Inhotim, que era uma mineração e hoje é
815 um monumento de turismo de grande repercussão nacional e internacional. Então
816 Brumadinho tem feito um trabalho maravilhoso, através da Secretaria de Meio
817 Ambiente, convencendo os mineradores a trabalhar de uma forma adequada,
818 convencendo os mineradores, no futuro, a prepararem aquelas áreas para um
819 aproveitamento adequado, que tornem o município realmente em um município
820 de destaque no Estado de Minas Gerais. Então eu queria parabenizar, Geovana,
821 pelo trabalho que vocês estão fazendo, pelo trabalho que a SEMAD tem
822 desenvolvido em prol disso. A racionalização, a aproximação da sociedade, a
823 aproximação do município com a sociedade é mais efetiva, o cidadão que mora
824 naquela cidade vai participar mais diretamente daquele empreendimento e de
825 uma forma que possa trazer não só o desenvolvimento municipal sustentável
826 como também a melhoria de qualidade de vida daquelas populações. São essas
827 as minhas palavras, e eu incentivo realmente o trabalho que vocês estão fazendo
828 nessa reeducação e na educação das equipes da Secretaria de Meio Ambiente
829 desses municípios. Parabéns.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mais
830 uma vez, Geovana, muito obrigado pela apresentação. Dou parabéns ao trabalho
831 desenvolvido por vocês. A apresentação está disponibilizada no site, e eu vou
832 aproveitar o gancho da apresentação da Geovana e falar que também em breve
833 teremos o nosso curso EAD de treinamento dos conselheiros.” **6) PROCESSO**
834 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA.**
835 **6.1) Vale S/A. Coprodutos areia. Mina Brucutu. Lavra a céu aberto. Minerais**
836 **não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento. São Gonçalo**
837 **do Rio Abaixo/MG. PA 3245/2020. ANM 005.441/1958; 008.337/1960;**
838 **830.024/1993; 830.696/1990; 830.370/1985 e 830.172/2001. Classe 4**
839 **(conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação:**
840 **Suppri. Retorno de vista: ProMutuca, SME, Sindiextra e Fiemg. Conselheiro**
841 **Julio Cesar Dutra Grillo**: “Para mim, esse tipo de iniciativa, reaproveitamento de
842 areia e agregados a partir dos rejeitos de mineração, é extremamente desejável.
843 É uma forma de, ao longo do tempo, diminuir os rejeitos depositados nas
844 barragens, diminuir a degradação provocada pela exploração de areia nos nossos
845 rios e de criar uma alternativa econômica de longo prazo para a sociedade local.
846 A meu ver, o ideal seria que as mineradoras montassem instalações como essas
847 próximas a todas as grandes barragens de rejeitos e pilhas, e, após a instalação
848 estar em operação normal, cedessem para uma cooperativa de moradores locais
849 operar e lucrar com a venda de areia e agregados de rejeitos da mineração. Essa
850 é uma forma de criar uma economia local, que pode ser bem estável para a
851 comunidade ao longo do tempo. Deveriam também buscar uma parceria com os
852 administradores municipais de forma que a areia e agregados a serem
853 consumidos pelos municípios viessem prioritariamente dos rejeitos depositados
854 naquela região. Eu acho que, após passarmos por essas fases de licenciamento

855 e começarmos a assistir o resultado do que seria essa unidade fabril, talvez
856 valesse a pena colocarmos – até como condicionante no futuro para as
857 mineradoras ou como termo de ajustamento de conduta – a construção de uma
858 instalação de reprocessamento como essa. Mas, como eu também tinha dito na
859 reunião anterior, eu tenho compromisso firmado com as ONGs de defesa do meio
860 ambiente do Estado de sempre solicitar vista para que a sociedade local seja
861 consultada. Orsini, por exemplo, neste caso que está aqui, eu nem pediria vista,
862 mas a sociedade queria ter. Eu gostaria novamente de elogiar o excelente
863 trabalho da Teca na análise dos processos e na busca de informações junto às
864 sociedades locais. As ONGs de defesa do meio ambiente se manifestaram pela
865 retirada de pauta desse parecer para correção de problemas apresentados por
866 elas no relatório de vista. Minha intenção é promover esse tipo de
867 empreendimento voltado ao aproveitamento de rejeito de mineração em todas as
868 instâncias, mas isso não pode ser às custas de ignorar problemas no
869 licenciamento. Eu gostaria de ouvir da SEMAD as explicações que ela teria sobre
870 os problemas apresentados pelas ONGs de defesa do meio ambiente no nosso
871 relatório de vista.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “O relato de vista foi
872 disponibilizado no prazo regimental. Depois da análise, nós vimos que o processo
873 é muito simples e positivo, no caso, e nos posicionamos de acordo com o parecer,
874 que é pelo deferimento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento.”
875 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu queria fazer um
876 complemento da vista, senhor presidente. Eu queria comentar um aspecto que
877 nós, inclusive, colocamos na vista conjunta com o Sindiextra e a Federação das
878 Indústrias, que é o fator relevante do empreendimento. E vou fazer questão de ler
879 isso, que coaduna também com a própria favorabilidade no seu deferimento. ‘É
880 importante assinalar que o referido projeto traz em seu bojo uma grande inovação
881 para o setor produtivo ligado ao minério de ferro. A inovação operacional permite
882 o uso sustentável do resíduo em silício, que permite não só contribuir para
883 redução de massas de estéril alocadas em pilhas ou até mesmo em rejeitos de
884 barragens, oferecendo ao mercado de construção um produto de qualidade e até
885 mesmo atendimento em áreas limítrofes ao empreendimento da mina de Brucutu.
886 Isso é importante, meus colegas, de salientarmos. Porque medidas como essa
887 empreendidas pela Vale levam outras empresas a seguir o mesmo caminho, que
888 é a valorização da mineração, como forma de aproveitamento de todos os
889 resíduos. A natureza é muito importante para nós, hoje nós aproveitamos tudo,
890 aproveitamos até os metais pesados, que muitas vezes são colocados de forma
891 indevida em recursos hídricos. Hoje se pode fazer aproveitamento de tudo a lei,
892 a Lei de Lavoisier funcionando plenamente. É isso que nós temos que buscar. De
893 modo que eu queria, mais uma vez, parabenizar a Vale por essa iniciativa,
894 parabenizar outras minerações, como a Mineração Usiminas, que tem feito
895 aproveitamentos internos, a CSN, a Gerdau. Então todas as empresas estão hoje
896 empenhadas no aproveitamento total de resíduos em mineração. Isso é um
897 caminho correto, um caminho que o próprio Julio tem defendido. E aí eu vejo isso

898 como um exemplo, que vai ser colocado para outras empresas mineradoras e
899 outros projetos, se Deus quiser.” Isabel Roquete/Vale S/A: “Antes de responder
900 às questões feitas nos pareceres de vista, tanto da ProMutuca, como da SME,
901 Fiemg e Sindiextra, e do próprio Paganini, às questões levantadas na reunião
902 passada, eu gostaria de falar da importância desse processo de licenciamento,
903 que reflete a importância do projeto de coproduto areia. É um projeto inovador,
904 que faz parte de várias iniciativas da Vale que estão sendo estudadas para reduzir
905 o rejeito arenoso e, por consequência, o uso de barragens. A Vale investiu muito
906 nesses projetos, está com equipe dedicada nesses projetos, além do que,
907 especificamente, esse projeto vem alavancar uma economia circular uma vez que
908 já foram identificados vários nichos de negócio econômico e social e, não menos
909 importante, ambiental. Então a grande importância desse projeto está
910 consubstanciada, inclusive, no social e no ambiental. Começando então pela
911 própria avaliação do conselheiro Julio Grillo, quando ele fala do aproveitamento
912 da areia das barragens já existentes, eu quero informar ao Dr. João Grillo que se
913 essa avaliação já está sendo feita, nós temos estudos em desenvolvimento, mas
914 não é simples. O nosso objetivo inicial é fazer esse aproveitamento da areia das
915 barragens que estão sendo descaracterizadas – são mais de dez barragens.
916 Iremos aproveitar, sim, areia, mas, como o material é muito heterogêneo, estamos
917 em processo ainda e vamos, sim, aproveitar, mas considerando as questões de
918 técnicas dessas barragens. Então aí nós temos um tempo de amadurecimento
919 dessa atividade. E por enquanto vamos tratar desse coproduto areia oriundo do
920 rejeito arenoso, no caso, um caso piloto no site Brucutu. As ONGs levantaram
921 alguns questionamentos, e eu vou procurar também esclarecer, em relação à
922 localização do empreendimento. Os primeiros documentos de abertura do
923 processo consideravam estes dois municípios: Barão de Cocais e São Gonçalo
924 do Rio Abaixo. A Vale, em 6/8/2020, fez uma retificação no Sistema de
925 Licenciamento Ambiental com retificação do FCE e do próprio Relatório Ambiental
926 Simplificado, retirando a porção de Barão de Cocais. Esse recorte foi feito
927 justamente porque o rejeito arenoso que estava sendo objeto dessa avaliação e
928 da retirada da areia estava exclusivo do município de Barão de Cocais. Aí a Vale
929 fez a retificação, alterou o shape da ADA, considerando São Gonçalo, e fez a
930 própria retificação também para fazer a compatibilidade da área com o município
931 de Barão de Cocais. Em relação à substância areia, a Vale fez um protocolo, em
932 dezembro de 2019, um plano de aproveitamento econômico, solicitando o
933 aditamento da substância, e esse plano de aproveitamento econômico foi
934 aprovado em 4/8/2020. Em relação ao escoamento, vai ser feito por dois modais
935 – ferroviário e rodoviários –, tendo como principais nichos de mercado Minas
936 Gerais, Espírito Santo e Brasília. Cabe afirmar a importância de que 72% desse
937 escoamento será pelo modal ferroviário, até os terminais de transbordo, saindo
938 da mina de Brucutu para o Espírito Santo, na cidade de Serra, e para municípios
939 de Minas Gerais e o terminal de Brasília. Nós vamos usar a Estrada de Ferro
940 Vitória-Minas e a Ferrovia Centro-Atlântica. Esse produto já está contemplado no

941 processo de LO, que foi revalidado, dessas ferrovias. Quando a Vale fez a
942 renovação do processo da ferrovia, saiu uma lista de substâncias que poderiam
943 ser transportadas por esse modal. Então a areia está nessa lista de substância.
944 Já tem dentro do Ibama o programa de efluentes atmosféricos, que está sendo
945 seguido e que será seguido também para areia, mas cabe falar que as estradas
946 serão aspergidas, vão ser introduzidas nessas cavas uma solução aquosa com
947 supressor de poeira, e vão ser dadas manutenções de forma que essa película
948 sobre a carga evite a emissão de material particulado. Como eu falei, 72% são
949 feitos via modal ferroviário e 28% serão feitos pelo modal rodoviário, saindo de
950 Brucutu em torno do raio de 150 km, por meio de caminhões. Aí serão utilizadas
951 a 381, no município de São Gonçalo, a MG-129, de acesso a Brucutu, e a 436,
952 que é próxima a Cocais. Os caminhões serão todos lonados, os deslocamentos
953 serão feitos em local apropriado, segundo Resolução do Contran; os veículos
954 serão novos, serão dotados de todas as medidas de segurança; serão feitos
955 treinamentos. As vias de acesso ainda não pavimentadas serão umidificadas com
956 uma frequência bem satisfatória, de acordo com o tráfego de veículos. Outro
957 ponto de questionamento foi quanto à produção bruta do produto, que é de 15
958 milhões de t/ano. Para chegar a esse número, tem toda a base de cálculo, foi feita
959 todo uma avaliação, até se chega como se aproveitaria dentro dessa produção, e
960 teve uma coincidência com o processo de expansão da casa da Divisa. E nós
961 temos a base de cálculo que comprova essa coincidência. Em relação a geração
962 de emprego, houve um questionamento de que não haverá a geração de
963 emprego. Mas haverá manutenção de emprego, sim, não só no site, mas em todo
964 esse sistema que envolve esse projeto, cabendo destacar que 30 empregados da
965 Vale estão diretamente relacionados aos estudos de novas alternativas, de novas
966 pesquisas. Então a Vale hoje tem 30 empregados diretos dedicados a esses
967 estudos. É claro que com esses 30 empregados nós temos várias universidades
968 associadas, centros de pesquisa, laboratórios associados certificando o material.
969 Então quando eu falo 30 empregados isso é o conjunto de uma gerência que está
970 dedicada a esses trabalhos. Em relação ao item do conselheiro Paganini, ele
971 questionou também em relação à composição do material. Para avaliação dos
972 riscos potenciais à saúde e ao meio ambiente, em janeiro de 2019, a Vale
973 promoveu a avaliação desse coproduto oriundo do rejeito arenoso segundo à
974 Norma 10.004, que é a norma de resíduos sólidos. Essa norma caracteriza o
975 resíduo como perigoso ou não perigoso. De acordo com os resultados obtidos, o
976 coproduto foi classificado como classe 2 A, um produto não perigoso, não inerte.
977 O que é não inerte? É que tem propriedades como solubilidade... Em suma, o
978 resíduo arenoso de Brucutu, de onde está se extraído esse subproduto areia,
979 não é perigoso e não oferece risco à saúde. Eu estou aqui com a equipe
980 responsável pelo projeto, a equipe responsável pelo escoamento, e nós nos
981 colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais dos conselheiros.”
982 Conselheiro José Angelo Paganini: “Como nós dissemos na reunião anterior, esse
983 reaproveitamento do resíduo industrial é positivo e está alinhado com o

984 desenvolvimento sustentável. Nós entendemos que quando um produto é
985 produzido e distribuído ele obedece a uma especificação rígida da sua
986 composição e qualidade, controles são estabelecidos para garantir a qualidade
987 do material produzido. O minério de ferro produzido obedece a uma composição
988 predeterminada, que é atestada na origem pela empresa produtora e também
989 pelos seus clientes, quando recebem o produto. Para os resíduos industriais, não
990 é necessário esse controle de qualidade. Sabemos que a sua composição varia
991 de acordo com a qualidade da matéria-prima que foi processada. Os resíduos
992 podem e devem ser beneficiados e transformados em coprodutos. Entendemos
993 que é necessário e fundamental que se estabeleçam controles para garantir a
994 qualidade e composição desse coproduto ao longo de sua produção. Por isso eu
995 gostaria de saber quais são os controles de qualidade que serão implantados para
996 o controle da qualidade do coproduto areia de mineração.” Conselheiro Julio
997 Cesar Dutra Grillo: “Isabel, eu queria te lembrar uma coisinha e depois te fazer
998 uma pergunta. Durante o ano de 2018, quando eu estava no Ibama, eu tive
999 oportunidade de ter reuniões com praticamente todas as grandes mineradoras do
1000 Estado. E com todas elas, sem nenhuma exceção, eu falei sobre a urgência da
1001 necessidade de se fazer um tratamento de rejeitos. Cheguei a fazer, no auditório
1002 do Ibama, uma apresentação da própria Vale sobre como estavam as suas
1003 pesquisas em relação ao aproveitamento de rejeitos. Eu sou extremamente
1004 favorável e sou uma pessoa que vai dar força para essa atividade enquanto eu
1005 puder. Mas eu tenho outros receios, que foram coisas que a sociedade colocou.
1006 Você está dizendo que 28% do material será transportado por estrada. Olha bem,
1007 na 381. É complicada aquela estrada, nós todos sabemos, a mais complicada do
1008 Estado de Minas Gerais. Eu queria saber o seguinte: qual será a frequência, por
1009 hora, de caminhões trafegando na 381 para distribuição de areia e dos
1010 agregados? Como eu venho dizendo em diversas reuniões, eu tenho que ter
1011 outras preocupações que não sejam exclusivamente o lucro de um projeto, eu
1012 tenho que entender suas circunstâncias, os seus impactos para além da própria
1013 fabricação. Eu acho que esse é meu papel como um conselheiro representante
1014 das organizações não governamentais de defesa do meio ambiente. Então,
1015 Isabel, a minha pergunta é qual será a frequência prevista para caminhões na BR-
1016 381 com esses 28% do material produzido.” Conselheiro José Angelo Paganini:
1017 “Bruno Batista/Vale S/A: “Eu gostaria de saber como vai ser o controle de
1018 qualidade do coproduto para garantir que durante o tempo vão ser mantidas as
1019 características do material que foi apresentado agora no licenciamento.” Bruno
1020 Batista/Vale S/A: “O controle de qualidade do produto será realizado assim como
1021 realizamos o controle para o minério de ferro. Nós conseguimos garantir todas as
1022 características químicas e físicas dele, assim como garantimos a qualidade do
1023 que hoje ofertamos na linha de produto do minério de ferro.” Presidente Yuri
1024 Rafael de Oliveira Trovão: “Como que isso é feito? O senhor poderia
1025 pormenorizar, por favor, o procedimento? Eu acho que é isso que o José Ângelo
1026 está querendo. Se possível.” Isabel Roquete/Vale S/A: “O conselheiro Grillo citou

1027 o transporte na 381. Vai ser 1,4 caminhão por hora, na 381, no período em que
1028 precisa ser feito o escoamento do produto. Então nesse período vai ser 1,4
1029 caminhão por hora na 381. O Bruno está com dificuldade de acesso, mas a
1030 Jordana tem plena capacidade de responder ao conselheiro Paganini.” Jordanna
1031 Chamon Vogt/Vale S/A: “Eu gostaria de esclarecer a dúvida do Sr. José Angelo
1032 no tocante à qualidade do coproduto que está sendo aqui questionado. A partir do
1033 momento que ele se torna um produto Vale, ele deve respeitar todos os critérios
1034 de classificação no tocante a aspectos físicos e químicos. Lembrando que, por
1035 ser um coproduto da exploração de minério de ferro, ele está muito ligado à
1036 qualidade do principal produto da Vale, que é o minério de ferro. Então são feitas
1037 amostragens durante o processamento da usina, registros e com conferência
1038 antes do embarque e destinação desse material. Mais uma vez, vai ser
1039 estabelecido um requisito técnico para cada uma das suas utilidades, das suas
1040 utilizações, e vão ser feitas aferições ao longo da sua produção, de forma a
1041 garantir a qualidade do material, dos requisitos físicos e químicos,
1042 principalmente.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Eu queria começar pelo próprio
1043 parecer do Julio Grillo em relação ao processo. Julio, você já me ouviu te elogiar
1044 aqui mais de uma vez, não é a primeira. Se você tivesse ficado ali no quadrinho
1045 amarelo, eu estaria batendo palma aqui e estourando foguete para você o dia
1046 inteiro. O quadrinho amarelo, de considerações do conselheiro. Essas são suas,
1047 essas eu sei que vieram da sua experiência, da sua capacidade, da sua
1048 concepção e do seu envolvimento indiscutível em relação a melhoria dos
1049 processos de mineração, para o bem da própria sociedade. Eu só tenho palmas
1050 para você. Mas aí, Julio, eu não vou poder bater palma hoje não porque dessa
1051 vez você escorregou falando que teve uma avaliação boa a partir dos seus
1052 companheiros, de seus partícipes, que já falamos que entendemos a sua
1053 necessidade de levar para participação popular. É um acordo que você fez e que
1054 nós vamos respeitar em todos os tempos. Eu não posso, de jeito nenhum,
1055 concordar com a manifestação das ONGs de defesa do meio ambiente, sobretudo
1056 com essa que está aqui, porque a análise dessa ONG é parcial, incompleta, não
1057 avaliou tudo que tinha. E o que é pior, Julio, o que acontece? Se tem alguma coisa
1058 que a ONG ou que você ou um conselheiro qualquer não entender, ‘não estou
1059 entendendo por que vocês fizeram assim’, a equipe da SEMAD – não só da Suppri
1060 – está à disposição para explicar o processo todo. Nós já falamos mais de uma
1061 vez, um parecer é uma manifestação com base naquilo que analisamos e
1062 estudamos. O parecer não tem que trazer o processo todo, porque se não
1063 traríamos só o processo, sem o parecer, todas as pastas de informação. E quando
1064 emitimos um parecer nós o emitimos observando os limites da nossa atuação e
1065 da necessidade de informação. Por exemplo, primeiro item, que é a localização e
1066 caracterização do empreendimento. A Isabel já até explicou, quando falamos
1067 depois do empreendedor, normalmente repetimos. Localização do
1068 empreendimento: dois municípios ou um município? É claro que nós nos
1069 preocupamos com isso, porque, quando o relatório técnico foi emitido, aquele 028

1070 que está citado, aquilo foi um pedido prévio à própria formalização para não incidir
1071 critério locacional e para alterar a modalidade do licenciamento, tendo em vista as
1072 características do licenciamento que já aconteceu na mina de Brucutu. Um
1073 complexo minerário, com uma licença válida, que foi analisada com mais de um
1074 EIA/Rima, que tem Plano de Controle Ambiental funcional, que tem atividade de
1075 controle ambiental em todos os sistemas possíveis de controle. Então foi isso que
1076 foi apresentado pelo empreendedor e avaliado naquele momento. E naquele
1077 momento foi pedido para dois municípios. Verdade. Nós avaliamos dentro de toda
1078 a mina, dentro daquilo que depois o seu próprio parecer trouxe como informação,
1079 que é o conjunto de direito minerário que compõe ali. A legislação mineira diz que
1080 essa comprovação deve ser feita através da declaração de conformidade até a
1081 emissão do parecer. Quando chegou à nossa avaliação, que nós vimos que havia
1082 uma discrepância, nós encaminhamos pedido de informação complementar para
1083 a Vale, que apresentou em quais direitos minerários eles iam lavrar, e todos esses
1084 direitos minerários, aqueles em que já houve adiantamento do material, da areia,
1085 estavam em São Gonçalo. Daí a ADA do empreendimento ser em São Gonçalo,
1086 porque todas as atividades de lavra, beneficiamento e transporte estão adstritas
1087 ao município de São Gonçalo, não interferem no município de Barão de Cocais.
1088 E é por isso que o parecer está assim. E é engraçado, Julio, e eu vou fazer
1089 questão daqui a pouco de trazer no outro item: essa informação está no seu
1090 parecer de vista. O mapa que você trouxe criticando a nossa localização, a nossa
1091 avaliação da localização, mostra claramente que o empreendimento só acontece
1092 no município de São Gonçalo, não irradia para outros municípios. Então não há
1093 que se tratar desse caso de dois municípios, não há que se discutir a participação
1094 do município de Barão de Cocais, porque a legislação é muito clara em relação a
1095 isso, é onde está a ADA e não onde está a Área de Influência Direta. Nós podemos
1096 até não gostar da norma, é dura a lei, mas ela é a lei. E o princípio da legalidade
1097 estrito ao qual nós estamos subjugados, nós da administração pública, nos impele
1098 a observar estritamente a lei. Então a ADA está só em São Gonçalo do Rio Abaixo.
1099 E nesse sentido tudo aquilo que foi discutido aqui no parecer do Movimento pelas
1100 Serras e Águas de Minas se esvazia. Esse caso, se esvazia. A informação está
1101 no processo inteiro, é só ler o processo, que a informação está lá. Aí vem uma
1102 apresentação do próprio relatório. E uma discussão a respeito de direito minerário.
1103 Desculpa, Julio, mas desde março de 2018, quando saiu a DN 217 – não só a DN
1104 217, mas ela é um marco –, e depois a Instrução de Serviço Sisema nº 1/2018,
1105 que ficou claro para todo mundo que não há vinculação objetiva entre processo
1106 de licenciamento e direito minerário. É aquela história de cada ente no seu
1107 quadrado. A Portaria ANM nº 155 diz que para emissão do direito minerário, do
1108 direito de lavra, tem que ter licença ambiental na mão. E aí a licença ambiental é
1109 uma espécie de autorização que difere da outorga de direito minerário, e elas não
1110 são conjugadas. Podemos dar uma licença ambiental independente da atividade
1111 que a ANM vai autorizar, é independente. Eu vou dar um exemplo que falo com a
1112 minha equipe. Se por acaso eu chegar a uma mina qualquer e descobrir que há

1113 uma lavra de uma substância que não está no direito minerário, eu não posso
1114 nem autuar, eu não tenho poder de polícia, eu, a SEMAD, a equipe técnica da
1115 SEMAD. Nós não temos poder de polícia nem sequer para autuar a mineradora
1116 por fazer usurpação de bem da União. Por ser usurpação de bem da União, a
1117 competência do poder de polícia é da Agência Nacional de Mineração e da Polícia
1118 Federal. Então não se imiscuem as duas informações: direito minerário e licença
1119 ambiental. Por óbvio, por cuidado, por prática, o Estado de Minas Gerais faz a
1120 verificação – isso está na IS – se a licença que está sendo pedida tem relação
1121 com o proprietário do direito mineral. É por isso que trouxemos a informação aqui
1122 de que naqueles seis polígonos de direito minerário já está aditada a lavra de
1123 areia, a substância areia já está aditada. Para os demais, tanto em São Gonçalo
1124 quanto em Barão de Cocais, não há esse aditamento. Mas a licença foi pedida só
1125 para São Gonçalo. E não há confusão nenhuma relação nem ao processo nem
1126 ao parecer nesse sentido, nós estamos muito tranquilos em relação a isso, porque
1127 está estabelecido que o que eles estão pedindo é do direito minerário que tem
1128 aditamento. Isso foi verificado no processo. Os demais processos, quando eles
1129 aditarem, se eles quiserem pedir outra licença ambiental, nós avaliamos outra
1130 licença ambiental para aquela ampliação. Mas isso é quando houver, se houver.
1131 Tem aqui um mapinha do direito minerário, que fala de toda a mina de Brucutu, e
1132 logo depois o seu mapinha falando da ADA. Quando o seu mapinha fala da ADA,
1133 ele já fala exatamente que a ADA de areia – está na página 10, Julio, do seu
1134 parecer de vista – é só o amarelinho. E quando comparamos o amarelinho com a
1135 mancha municipal não tem dúvida de que está num município só. Em relação ao
1136 item 1, que vai se misturar depois com outros itens, eu acho que é isso. Em
1137 relação ao item 2, que é o escoamento, a Isabel já até respondeu. O que acontece
1138 em relação ao escoamento? Não cabem no processo de licenciamento de
1139 aproveitamento de uma determinada substância como coproduto a avaliação e o
1140 relicenciamento das atividades que já são licenciadas. Primeiro que não vamos
1141 licenciar a 381. Segundo já existe normativo próprio do Contran, Resolução
1142 Contran, para cada tipo de granel que é carregado na rodovia. Tem uma
1143 normativa própria, que eu não sei se é a Contran 18 ou uma coisa assim, que fala
1144 como se carrega areia na rodovia. Terceiro, a Isabel falou da 381, que é 1.4...”
1145 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “É 1.8, uma viagem a cada 33min30.”
1146 Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Julio, eu vou discordar de novo de você: é 1.4
1147 para a 381; e 5.1 para a serra, por exemplo. É uma viagem a cada 12 minutos.
1148 Então nós temos a avaliação do escoamento não só na 381, mas nas estradas
1149 todas. Nós solicitamos à Vale para vermos se haveria o incremento. Está como
1150 uma condicionante. É verdade que está como uma condicionante, porque nós não
1151 queremos perder o tempo da análise desse processo. Mas conhecedores que
1152 éramos de que o licenciamento da 381 é indevido nesse processo. Por óbvio, a
1153 381 já é licenciada para o transporte de cargas, inclusive. Mas nós verificamos o
1154 incremento. Eu tenho aqui as respostas acerca disso. De toda maneira, eu
1155 garanto para você que o maior é 5 e o menor é 1.4. E tem uma variaçõzinha

1156 entre uma coisa e outra. Mas não é o incremento que preocupa nem para os
1157 impactos ambientais, porque já são controlados pela Resolução Contran, nem
1158 para os impactos sociais, porque o volume é tão baixo que não cabe uma
1159 preocupação dessa natureza. De tão baixo que é esse volume. Mas está lá. Uma
1160 vez que tem isso, que já teve essa informação, está lá uma condicionante, que
1161 vai ser acompanhada no processo de licenciamento. Em relação a ferrovia, nós
1162 também nos preocupamos com isso, eu também pedi à Vale para saber como
1163 seria o controle, como se dá o controle. Tem uma Licença de Operação válida
1164 junto ao Ibama, que foi renovada. Tem o programa de controle de emissão de
1165 efluentes atmosféricos, em que essa previsão de controle já está determinada e
1166 aprovada. Então por óbvio também não vamos fazer nenhuma ingerência sobre
1167 uma licença ambiental dada por um órgão federal, que nem é de competência do
1168 executivo mineiro fazer isso. Você esteve à frente do Ibama por dois anos e sabe
1169 bem como é a equipe de licenciamento em Brasília é competente e prima pela
1170 qualidade da sua análise. Eles já avaliaram, já consideraram adequada a medida
1171 de controle por aspersão. Nós temos um relatório técnico a respeito desse
1172 controle. Claro, vai ser anexado ao processo do SLA para registro, mas quem faz
1173 o controle dessa emissão já é o Ibama, não vamos entrar na competência do
1174 Ibama. Eu não vou discutir a aplicação do artigo 1º da 01/86, se tem ou se não
1175 tem. Eu acho que não é o caso aqui. Área Diretamente Afetada, nós acabamos
1176 de falar que é o item 3 do parecer do Movimento pelas Serras e Águas. Qual é a
1177 confusão, Julio? Hoje ainda temos uma necessidade de vinculação de processo
1178 do SLA com processo do Siam. Essa vinculação vai acabar no tempo que o Siam
1179 vai acabar, com o tempo. Quando acabarmos com o passivo de licenciamento
1180 ambiental não haverá mais vinculação. Hoje ainda temos que vincular. Vinculou,
1181 ele é maior do que a mesma área, então por isso foi anexado. Não se confunde a
1182 ADA de minério de ferro com a ADA de areia. Isso está claro lá. Tem um erro
1183 material, temos que agradecer: escrevemos LP com LI, mas é LO com LO mesmo.
1184 Mas é só erro material, acho que não invalida a análise de maneira alguma.
1185 Tratamos já da ADA, tratamos de substância mineral, tratamos de geração de
1186 emprego. Infelizmente, o item 'geração de emprego' veio cortado aqui no seu
1187 parecer, mas logo abaixo tem explicação de que, como se trata de coproduto, já
1188 é uma substância trabalhada na produção, vão ser aproveitados os mesmos
1189 trabalhadores. A Isabel também já deu aqui o volume de trabalhadores que é
1190 envolvido. É claro que não há criação de novos empregos, o pessoal aproveitado
1191 será aquele que está lá. O que hoje em dia, nesse mundo de pandemia, em que
1192 está todo mundo mandando embora, já é mais fácil. Mas não entramos nesse
1193 mérito, é só o mérito da informação. Já existem funcionários que são dedicados
1194 à produção, e o que vai acontecer é que em vez de esse produto ir para uma
1195 barragem ele vai para um caminhão e para um trem, vários caminhões e vários
1196 trens. São composições com 60 vagões, isso está tudo descrito. Destinação da
1197 produção, não avaliamos o destino da produção em nenhum processo. É
1198 absolutamente indevido, vai me desculpar, o que queremos é que tenha

1199 destinação, que em vez de ir para barragem esse coproduto, essa areia, seja
1200 destinado de alguma forma para uso econômico, em vez de virar rejeito, em vez
1201 de virar resíduo. Em 18 de dezembro de 2018, você mesmo disse: 'Isso não pode
1202 ficar em cima da cabeça das pessoas.' Uma das últimas reuniões suas como
1203 representante do Ibama, no processo de Córrego do Feijão. Você falou
1204 exatamente isso. E é exatamente isso, o que nós queremos é que não fique em
1205 cima da cabeça de ninguém, não fique em barragem nenhuma. Se tem mercado
1206 em Brasília ou se tem mercado no Espírito Santo ou se tem mercado em Belo
1207 Horizonte e Contagem, nós achamos sensacional, mas isso é um risco do negócio
1208 do próprio empreendedor. Uma vez que ele consegue aproveitar isso, achar o
1209 comprador é do negócio, é da economia e do negócio do empreendedor. E aí
1210 realmente não vamos avaliar isso em nenhum processo. Não avaliamos isso
1211 nesse processo nem no de mineração de Fazendão nem no britagem de
1212 calcinados, de calcário. Em nenhum avaliamos isso, porque não faz parte do
1213 processo. E aí, Julio, desculpa, eu não vou tecer absolutamente nenhuma
1214 referência quanto ao que você trouxe aqui para discutir se a Vale é ou não é uma
1215 mineradora chinesa. Desculpa, eu não tenho nada a ver com isso. A Vale pode
1216 ser chinesa, pode ser coreana, pode ser norueguesa, não cabe avaliarmos aqui
1217 qualquer composição acionária de empresa nenhuma, não ficamos avaliando isso
1218 aqui, não somos Cade. É o Cade que faz isso, essa regulação é o Cade que vai
1219 fazer, não é a CMI. Em relação à participação da ANM, PAE aprovado ou não
1220 aprovado, eu já falei, nós não temos nada a ver com isso. A ANM está aqui, é a
1221 ANM que controla isso, é competência exclusiva da ANM. Dada a licença
1222 ambiental, se a ANM vai dar outorga do direito minerário, é um problema da ANM,
1223 nós não podemos entrar nesse mérito. Nós não podemos mesmo, a Constituição
1224 veda, ela fala que é cada ente federado no seu quadrado, a União tem suas
1225 competências, o Estado, as suas, e os municípios, as suas. E nós não podemos
1226 usurpar competência da União de jeito nenhum. A Avaliação Ambiental Integrada,
1227 Julio, eu até achei estranho aqui porque, primeiro que nós já discutimos. Eu acho
1228 que não rende. Eu sei da sua visão, e não rende. Mas trouxe também uma
1229 discussão sobre significativo impacto ambiental e EIA/Rima num processo em que
1230 é o contrário, ele tem um significativo impacto positivo. Tudo que nós não
1231 queremos é parar um processo desse por um ano para elaboração de um Estudo
1232 de Impacto Ambiental que já foi apresentado para o mesmo complexo minerário.
1233 Então nesse caso eu acho que é descabida a discussão, na minha opinião. Eu sei
1234 que a sua opinião é diferente, mas na minha opinião é descabida a discussão
1235 nesse caso. Só para terminar, em relação às auditorias, o Gabinete da SEMAD já
1236 fez apresentação em relação a isso, tanto do relatório do TCE quanto das
1237 auditorias que foram feitas, já demonstrando muito claramente que todos os
1238 problemas observados em 2016 já foram adequadamente tratados. Alguns vão
1239 levar mais tempo para resolver, outros, menos. Mas já foram, já tem acórdão do
1240 TCE dizendo que está tudo, que tanto a SEMAD quanto a Sede, que foram objeto
1241 de auditoria do TCE, já estão no caminho de resolver todos os problemas. E nós

1242 já falamos isso aqui, da legislação, da capacitação. Então eu acho melhor não
1243 render isso. Em relação à responsabilidade das equipes técnicas, nós vamos falar
1244 sempre, em todos os pareceres nosso, a legislação federal, a DN 237, diz que
1245 são responsáveis técnicos pelas informações aqueles que fazem anotação de
1246 responsabilidade técnica em nome do empreendedor, que as equipes de analistas
1247 fazem uma avaliação e emitem um parecer, mas não apresentam informação, não
1248 criam informação. Você já criticou isso aqui hoje, então é exatamente isso, mas é
1249 uma norma federal, do Conama, que a Lei 6.938 trouxe como órgão legislativo.
1250 Então eu também não posso fugir. Nós não temos responsabilidade técnica sobre
1251 essas informações, não se mistura. Agora que respondemos tudo, a única coisa
1252 que eu posso falar é que quero muito ver você primando pela forma como
1253 começou o seu parecer, a coisa que eu mais quero ver hoje é você votar a favor
1254 de uma coisa dessa tão positiva, Julio. Senhor presidente, muito obrigado. Eu
1255 acho que passei por todos os pontos. Se por acaso ficar alguma dúvida técnica,
1256 porque foi a Michele que fez a análise técnica, e a Daniela, a análise jurídica, elas
1257 podem, aprofundadamente, tratar desses pontos.” Conselheiro Julio Cesar Dutra
1258 Grillo: “Eu vou dividir a minha resposta em duas partes. A primeira, sobre os meus
1259 pareceres de vista, que talvez isso não tenha sido completamente compreendido.
1260 Os meus pareceres de vista eu estou colocando em três partes diferentes: uma
1261 primeira é a avaliação minha; uma segunda é a avaliação de todas as ONGs que
1262 quiserem se manifestar. Por exemplo, no caso da MGB, eu já recebi cinco ou seis
1263 solicitações para poder fazer a manifestação conjunta comigo. Eu tenho
1264 compromisso e mantenho de não alterar nem uma conjugação verbal do parecer
1265 que eu recebo, nem uma vírgula. Eu não altero. Recebo o texto das ONGs e o
1266 coloco integralmente. Isso não quer dizer que vou concordar com tudo. Esse é um
1267 caso. Nesse caso, é o seguinte. O meu único receio que tinha ficado mesmo era
1268 sobre o volume de trânsito que iria impactar na 381, que sabemos que é
1269 problemática. Eu trabalhei durante uns 4 anos indo uma vez por semana a
1270 Monlevade. Naquela época, já era terrível. Agora eu tentei fazer, recentemente,
1271 uma viagem ao Sul da Bahia, e nossa mãe, aquilo ali dá 4 horas de viagem de
1272 Belo Horizonte a Monlevade. E você vai jogar mais caminhão? Mas aí é aquela
1273 história, o impacto aí está relativamente pequeno. E se nós formos analisar a
1274 sustentabilidade do empreendimento como um todo essa análise de
1275 sustentabilidade deste empreendimento específico é positiva do ponto de vista da
1276 economia pública, do ponto de vista da sociedade, principalmente para médio e
1277 longo prazo, porque continuarão a ter uma fonte de renda a partir da exploração
1278 desse material, e é positiva do ponto de vista ambiental, diminuindo essas
1279 barragens e essas pilhas. Quer dizer, esse é um empreendimento para mim 100%
1280 sustentável, mesmo que eu jogue contra ele onde devo jogar o impacto sobre a
1281 rodovia e a transferência de recursos da economia pública para o empresariado,
1282 ao utilizar a rodovia. Mas neste caso, você pode ter certeza, eu sou favorável a
1283 esse tipo de empreendimento, você ainda vai me ver aqui brigando muitas vezes
1284 para que empreendimentos similares a este sejam implantados em outras

1285 minerações, próximas barragens, próximas pilhas. Pode ficar tranquilo disso.
1286 Agora eu sempre vou colocar no meu parecer de vista a íntegra do que a
1287 sociedade civil me enviar.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima:
1288 “Eu não iria me manifestar, mas vou em função dos esclarecimentos da Suppri,
1289 através do Rodrigo Ribas, como sempre, exemplares e expressivos, que nos
1290 levam também a rever e pronunciar sobre o tema para o qual pedimos vista.
1291 Esclarecemos que tivemos a oportunidade de ler com cuidado o relato de vista da
1292 ProMutuca. E deixo aqui minhas singelas dúvidas. O nosso caríssimo conselheiro
1293 Julio Grillo elogiou, em diversas oportunidades, o processo inovador que a Vale
1294 está adotando em relação ao aproveitamento de resíduos rejeitados, que muitas
1295 vezes eram endereçadas a barragens e pilhas para produção de um insumo ou
1296 matéria-prima básica para a construção civil e que atende a toda a sociedade. É
1297 um minério, é matéria-prima para que qualquer um possa fazer a sua casa, possa
1298 fazer a sua casinha ou o que for. Vejo nessa situação ampla avaliação por entes
1299 governamentais, como o Indi, como a Sede, como a Secretaria da Fazenda, como
1300 a Secretaria de Governo. Porque eles, colegiadamente, abrem o processo e se
1301 dedicam ao processo. A Suppri é responsável hoje para atendimento a projetos
1302 que são considerados também prioritários para o governo. E o esclarecimento de
1303 Rodrigo Ribas nos leva isso, passa, sim, por uma avaliação de um
1304 empreendimento que seja bom para o Estado, que seja bom para o
1305 desenvolvimento nosso, para nós não ficarmos na rabeira de muitos Estados
1306 brasileiros em termos de racionalização, em termos de desenvolvimento
1307 econômico. Então eu vejo essa importância também do que o Rodrigo coloca
1308 aqui. Quando o Indi... Eu fui presidente dessa organização durante um bom
1309 tempo. O que o Indi analisa em função de um empreendimento é para promover
1310 o desenvolvimento do Estado, para promover a melhoria da qualidade de vida do
1311 nosso povo. Portanto, eu novamente quero dar os meus parabéns ao Dr. Julio
1312 Grillo, mas por outro lado, em sequência, quero deixar o meu pesar para um relato
1313 bastante extemporâneo sobre aspectos que nada têm a ver com o projeto em
1314 foco.” Conselheiro Luiz Henrique Passos Rezende: “Eu queria trazer algumas
1315 informações aqui para poder contribuir com o conhecimento, alguma transferência
1316 de aprendizado. Se vocês não sabem, eu sou fiscal das barragens, da ANM, sou
1317 sempre o 1 ou o 2 ou o terceiro. A equipe aumenta, diminui. Eu estou sempre
1318 nesse meio. E há muito tempo eu ando em cima dessas barragens, e o que me
1319 impressiona é a quantidade de areia. Eu sou engenheiro civil, já trabalhei em
1320 laboratório de areia e tentava aproveitar escória, fazer todos os ensaios para ver
1321 se a escória se adaptava à areia. Eu tenho umas coisas para falar que são
1322 interessantes. Eu fiscalizei areeiros aqui em Minas Gerais direto aqui na região
1323 de Pedro Leopoldo, na região dessa cidade que tem ao lado de Contagem. A areia
1324 de Belo Horizonte vem desse entorno, a distância de transporte é suficiente. Então
1325 eu estou aqui olhando da minha janela e vejo o bairro Castelo, que tem uma
1326 infinidade de prédios, e tudo aqui é areia, de tudo que vejo aqui que está sendo
1327 construído 80%, 70%, a matéria-prima é areia, e a nossa civilização é feita na

1328 areia. São Paulo é uma cidade gigantesca, umas quatro Belo Horizonte ou mais,
1329 e também foi toda construída de areia. Ferro é o mínimo. Cimento, areia. O que
1330 acontece? Em São Paulo acabou a areia de aluvião, é muito raro se encontrar
1331 areia de aluvião. Todo mundo já lavrou, já tirou dos rios, e eles começaram a
1332 minerar areia. Eu fui a várias minerações de areia pela ANM – DNPM,
1333 antigamente – para conhecer os processos deles lá, inclusive de barragem de
1334 areia, barragem que separa a fração areia do solo e deposita a lama na barragem.
1335 Aí você já começa a entender que eles começaram a minerar areia, a mineração
1336 de areia. Igual fazemos com ferro, eles começaram a minerar areia, tal é a
1337 demanda de São Paulo. E começaram a pegar areia do Sul de Minas, de aluvião
1338 do Sul de Minas. É também importante essa questão da 381, eu acho fantástica
1339 a sua preocupação, mas vamos nos preocupar também com as estradas que tem
1340 aqui em Contagem, essa coisa toda, que vão ser descarregadas. Outra coisa que
1341 é interessante, eu ficava andando em cima da barragem de Germano, em todas
1342 aquelas barragens, depois dos acidentes. ‘Gente, por que não se usa essa areia?’
1343 Aí tem várias desculpas, ‘tem todo um mercado, tem toda uma cadeia produtiva
1344 estabelecida, a distância...’ Se tenho ferrovia, por que não carrego vagão de
1345 areia? Esse projeto, eu queria parabenizar a Isabel e esse pessoal todo e o Ribas.
1346 É a mesma coisa do Uber, uma coisa que existia, está aí, e ninguém via. Aí um
1347 cara veio e falou ‘não é possível, vamos fazer isso aqui’. Eu acho que a tendência
1348 é essa e que precisamos adaptar a nossa sociedade a esse tipo de consumo. Eu
1349 ficava imaginando assim: a 381 está quase aqui perto da barragem de Germano,
1350 eu podia fazer o concreto dela todo com a areia de Germano e ainda não
1351 conseguir comer todo aquele concreto lá. Eu ficava assim: ‘Gente, temos que
1352 fazer esse tipo de coisa.’ E eu acho que esse é um novo caminho, para se adaptar
1353 a esse tipo de coisa e conseguir exportar areia. Se Deus quiser, nós vamos
1354 conseguir fazer isso, exportar areia. Chinês compra tudo, daqui a pouco eles vão
1355 querer comprar nossos navios de areia e levar para eles. Então vamos fazer esse
1356 tipo de coisa, espero que isso aconteça. A minha preocupação não é de agora,
1357 ela vai surgir daqui para frente. Como vamos nos adaptar a esse novo modo de
1358 tirar as areias e colocar uma areia mais competitiva no mercado? Como vai ser?
1359 A minha preocupação era como ela pode ser aproveitada com esses ensaios que
1360 são feitos. Acredito que a Vale fez esse tipo de ensaio, e deve ser aproveitada
1361 para as funções na construção civil. E eu espero ver os vagões levando areia
1362 dessas barragens, distribuindo para todo o país, para todo o Estado. Nós temos
1363 que conviver com esse tipo, é uma adaptação nossa. Eu não gosto de falar essa
1364 palavra ‘Uber’, vou falar ‘99’, que nasceu aqui: é uma ‘noventaenovezação’ da
1365 areia. Vamos ver o que está acontecendo. Parabenizar todo mundo, a Isabel, essa
1366 turma que partiu para cima disso e teve coragem. Porque tem os entraves,
1367 entraves de pessoas que querem atrapalhar a coisa. E eu desejo sucesso.
1368 Inclusive, outro dia, eu fui fiscalizar a Minerita e na volta peguei uma caixa de areia
1369 e trouxe para casa para fazer um experimento, uma argamassa, para ver o que
1370 acontece, para ver se a areia é boa mesmo.” Conselheira Maria Eugênia Monteiro:

1371 “Eu não poderia deixar de parabenizar a Vale e o próprio trabalho da SEMAD. E
1372 queria fazer uma observação em relação a isso que o Luiz colocou. Certamente
1373 que sabemos do valor da areia na construção civil, mas o que me chamou atenção
1374 nesse processo, além da utilização da areia para esse fim, foi a perspectiva, o
1375 leque de possibilidades de diferentes usos da areia, diferentes produtos. Granito
1376 artificial, geração de propantes, que são produtos de valor agregado
1377 inquestionável. Então sai do lugar comum. Que pensamos sempre ‘vamos utilizar
1378 areia na construção civil’. Certamente porque há sempre essa demanda, esses
1379 gargalos de mercado. Mas eu queria só chamar atenção para isso, que eu tive
1380 oportunidade de assistir à apresentação da Vale e achei muito interessante essa
1381 diversidade. Até anotei aqui, aglomerantes, e as próprias rochas artificiais em
1382 geral. Então era só pontuar isso e que realmente sirva de exemplo para outras
1383 empresas que tenham produção de rejeitos poderem transformar esse passivo
1384 em produtos de maior qualidade.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Eu achei aqui
1385 a informação, para o Julio Grillo ficar à vontade. ‘Incremento do tráfego rodoviário.
1386 Serra, 5.1. Nós estamos falando de carretas/hora. Serra, 5.1. Contagem, 4.8.
1387 Brasília, 3.7. São Gonçalo do Rio Abaixo, 1.4. São esses os volumes. No máximo,
1388 se todas saírem ao mesmo tempo, 15 carretas/hora. Julio, eu entendi em relação
1389 ao seu parecer de vista, mas é só porque na última página a assinatura é sua. Eu
1390 sei que a manifestação não é sua, mas a assinatura é sua, eu só posso tratar
1391 como seu parecer mesmo.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Eu queria
1392 modificar uma condicionante e inserir uma. Seria ‘apresentar informações quanto
1393 ao escoamento do coproduto com a indicação das rotas, incremento do tráfego
1394 rodoviário e as medidas mitigadoras relacionadas ao impacto gerado.’ Eu queria
1395 modificar essa condicionante.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Tanto
1396 a alteração quanto a exclusão eu vou colocar em votação apartada. Nós vamos
1397 votar primeiro o processo. Conforme previsão do Regimento Interno, primeiro se
1398 vota o processo e depois a alteração e inclusão de condicionantes. Eu vou colocar
1399 em votação sem a condicionante nº 1, que está sendo proposta alteração pelo
1400 conselheiro José Angelo, que vamos discutir posteriormente. Em votação o item
1401 6.1, Vale S/A, coprodutos areia, PA 3245/2020, sem a condicionante nº 1.” Votos
1402 favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg,
1403 Relictos, ProMutuca, SME e Abes. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
1404 “Então 12 votos favoráveis, processo deferido. Vamos discutir agora a
1405 condicionante 1. Eu peço à Secretaria que coloque no quadro para manifestação
1406 do José Angelo.” Conselheiro José Angelo Paganini: “A condicionante pede
1407 algumas informações e foca muito o trânsito rodoviário. A gente queria inserir no
1408 final da condicionante, depois de ‘impacto gerado’: ‘pelo tráfego rodoviário’.
1409 Porque o transporte ferroviário também causa bastante pó e incomoda bastante.
1410 Nesse trajeto todo da linha férrea, a Vale já falou que vão usar polímero etc. Mas
1411 se vai fazer um controle de medidas mitigadoras, de impactos, é bom que se
1412 analise também esse impacto que vai ser produzido pelo transporte ferroviário.
1413 Geralmente é com polímero, mas não funciona muito bem, haja vista quem mora

1414 na beirada das ferrovias. Seria essa modificação.” Presidente Yuri Rafael de
1415 Oliveira Trovão: “Eu queria manifestação do Rodrigo Ribas, da equipe da Suppri,
1416 e também, caso queira, do empreendedor.” Rodrigo Ribas/Suppri/SEMAD: “Para
1417 nós, acrescentar esse texto é indiferente, e o pedido do conselheiro já está
1418 cumprido. Desde que o parecer se tornou público, o empreendedor trouxe ao
1419 conhecimento da Suppri os impactos e as medidas de controle tanto do transporte
1420 rodoviário quanto do transporte ferroviário, bem como da classificação dos
1421 rejeitos. Enfim, todos esses pedidos já estão atendidos. Acrescentar é indiferente,
1422 não traz nenhum ganho, porque já está no processo.” Presidente Yuri Rafael de
1423 Oliveira Trovão: “O empreendedor quer se manifestar?” Isabel Roquete/Vale S/A:
1424 “De acordo com a condicionante.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok,
1425 então nós já temos ‘de acordo’ tanto da Suppri como do empreendedor. Qual é a
1426 proposta de inclusão, Paganini?” Conselheiro José Angelo Paganini: “É relativa
1427 ao controle de qualidade do coproduto. A Vale informou que isso vai ser feito como
1428 para o produto. Então eu vou sugerir uma condicionante de encaminhar à Suppri
1429 relatório relativo ao monitoramento da qualidade do coproduto gerado. Já que é
1430 feito esse monitoramento, esse controle, semestralmente enviar um relatório.”
1431 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Encaminhar, semestralmente, ao
1432 órgão ambiental...” Conselheiro José Angelo Paganini: “Relatório relativo ao
1433 monitoramento da qualidade e composição do coproduto gerado.” Rodrigo
1434 Ribas/Suppri/SEMAD: “A Suppri não tem órgão de acompanhamento de
1435 condicionante de Licença de Operação. Pedir para o Nucam. Está resolvido. Não
1436 vejo impedimento nenhum, mas não vejo ganho em se fazer isso.” Isabel
1437 Roquete/Vale S/A: “De acordo com a condicionante.” Presidente Yuri Rafael de
1438 Oliveira Trovão: “Ok. Então havendo ‘de acordo’ com ambas, tanto a alteração da
1439 condicionante 1 quanto a inclusão da 2 eu coloco em votação. Em votação a
1440 alteração da 1 e a inclusão da 2, conforme já lido.” Votos favoráveis: Segov, Sede,
1441 Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e
1442 Abes. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então alterada a condicionante
1443 1 e incluída a condicionante 2.” **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**
1444 **EXAME DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Britacal -**
1445 **Indústria e Comércio de Brita e Calcário Brasília Ltda. Pilhas de rejeito /**
1446 **estéril. Unai/MG. PA 15846/2008/002/2019, ANM 830.921/1997 e 831.075/2002.**
1447 **Classe 5. Apresentação: Supram Noroeste. Retorno de vista: ProMutuca e**
1448 **SME.** Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Aparentemente, o empreendimento
1449 não apresenta problemas, e as ONGs de defesa do meio ambiente não se
1450 manifestaram. Eu voto pelo deferimento.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini
1451 Nunes de Lima: “O parecer nosso é um parecer completamente favorável, um
1452 parecer que atende a importância da Noroeste Mineiro, inclusive contribui muito
1453 para o desenvolvimento da área de correção de solos. Então o nosso parecer é
1454 favorável, e apoiamos o deferimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
1455 “Não havendo destaque pela Supram Noroeste nem pelos inscritos nem pelo
1456 Conselho, eu vou colocar em votação. Item 7.1, Britacal - Indústria e Comércio de

1457 Brita e Calcário Brasília Ltda., PA 15846/2008/002/2019. Em votação.” Votos
1458 favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra, Fiemg,
1459 Relictos, ProMutuca, SME e Abes. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
1460 “Então processo deferido por 12 votos favoráveis.” **8) PROCESSO**
1461 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE EXCLUSÃO DE CONDICIONANTE DE**
1462 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 8.1) LafargeHolcim Brasil S/A. Lavra a céu aberto**
1463 **ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento. Montes**
1464 **Claros/MG. PA 00056/1989/025/2003, ANM 831.062/1986. Condicionante nº**
1465 **13. Classe 6. Apresentação: Supram Norte de Minas. Retorno de vista:**
1466 **ProMutuca e Fiemg. Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:** “Novamente,
1467 aparentemente, o empreendimento não apresenta problemas, e as ONGs de
1468 defesa do meio ambiente não se manifestaram. Voto pelo deferimento.”
1469 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Trata-se de um processo de exclusão
1470 de condicionante da LO da empresa LafargeHolcim, e nós analisamos o processo
1471 e somos favoráveis ao pedido do empreendedor pela exclusão da condicionante
1472 nº13 da LO, nos termos do Parecer Único e do Adendo da Supram Norte de
1473 Minas.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sem destaque. Então eu já
1474 vou colocar em votação, lembrando que a nossa votação é sempre de acordo com
1475 o parecer que foi emitido pela Supram, que é pelo deferimento do pedido. Em
1476 votação, item 8.1, LafargeHolcim Brasil S/A, PA 00056/1989/025/2003. Em
1477 votação.” Votos favoráveis: Segov, Sede, Sedese, Codemig, Ibama, ANM,
1478 Sindiextra, Fiemg, Relictos, ProMutuca, SME e Abes. Presidente Yuri Rafael de
1479 Oliveira Trovão: “Então, por 12 votos favoráveis, deferido o pedido de exclusão
1480 de condicionante, conforme o parecer da Supram Norte de Minas. **9) PROCESSO**
1481 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA.**
1482 **9.1) Gerdau Açominas S/A. Posto GNV. Mina Várzea do Lopes. Postos**
1483 **revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas**
1484 **retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de**
1485 **combustíveis de aviação. Itabirito/MG. PA 3743/2020. Classe 4 (conforme Lei**
1486 **nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Suppri. Processo**
1487 **retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca e vista conjunta de SME,**
1488 **Sindiextra e Fiemg. Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:** “Pedido de vista para
1489 todos os processos. Eu tenho compromisso com as organizações não
1490 governamentais de defesa do meio ambiente de pedir vista em todos os
1491 processos para que elas tenham tempo de analisar se alguma informação está
1492 sendo obtida, distorcida ou se tem algum problema na estruturação do processo.
1493 Então eu mantenho o compromisso que tenho com as ONGs e vou pedir sempre
1494 vista em qualquer que seja o processo.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes
1495 de Lima: “Nesse caso, eu acho interessante o seguinte. Parece-me que o nosso
1496 querido Julio não deve ter analisado o Parecer Único. Porque o Parecer Único é
1497 a respeito de uma introdução de um posto de gasolina para implantação de gás
1498 natural, ou seja, colaborando com a questão ambiental da mineração. Eu penso
1499 vista para exatamente defender isso que a Gerdau está fazendo. Desculpa, Julio,

1500 isso é uma coisa que não dá para entender, pedir vista para um caso desse. Mas
1501 a vista é correta, você tem todo o direito. Eu vou pedir vista para exatamente
1502 compactuar com a qualidade dos trabalhos de inovação que estão sendo
1503 processados dentro de uma mineração.” Conselheira Denise Bernardes Couto:
1504 “Pedir vista conjunta nesse processo da Gerda, item 9.1, pegando o gancho não
1505 só no que o Orsini manifestou, mas também por se tratar de questão de inovação.
1506 Então para poder fazer uma análise desse ponto.” Conselheiro Thiago Rodrigues
1507 Cavalcanti: “Vista conjunta dos itens 9.1 e 13.1, para avaliação das
1508 condicionantes colocadas nos dois processos.” **10) PROCESSO**
1509 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA. 10.1) Mineração**
1510 **Geral do Brasil S/A. Lavra a céu aberto. Minério de ferro. Unidade de**
1511 **tratamento de minerais (UTM), com tratamento a seco; estrada para**
1512 **transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos**
1513 **minerários; disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da**
1514 **mineração; reaproveitamento de bens minerais dispostos em barragem;**
1515 **implantação ou duplicação de rodovias ou contornos rodoviários; postos**
1516 **revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas**
1517 **retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de**
1518 **combustíveis de aviação. Brumadinho/MG. PA 08328/2016/001/2016, ANM**
1519 **001.063/1958. Classe 5. Apresentação: Supram Central Metropolitana.**
1520 Processo retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca e vista conjunta
1521 solicitada pela SME. Justificativas. Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de
1522 Lima: “Eu gostaria de pedir vista neste processo. Na verdade, o Parecer Único é
1523 pelo indeferimento, mas realmente existem aspectos importantes a serem
1524 considerados, inclusive aqueles já pontuados pela Dra. Maria Clara e os que
1525 residem na região de Casa Branca. Então ele tem como objetivo um
1526 esclarecimento melhor dessa situação do próprio indeferimento.” A justificativa da
1527 ProMutuca foi registrada no item 9.1, durante pedido de vista de todos os
1528 processos. **11) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA**
1529 **PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE**
1530 **OPERAÇÃO. 11.1) JLC Mineração Ltda. Pesquisa mineral com ou sem**
1531 **emprego de guia de utilização, com supressão de vegetação secundária**
1532 **nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica em estágios médio e avançado**
1533 **de regeneração, exceto árvores isoladas; pilhas de rejeito/estéril. Barão de**
1534 **Cocais/MG. PA 14303/2019/001/2019, ANM 830.981/2014. Classe 4 (conforme**
1535 **Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram**
1536 **Leste Mineiro.** Processo retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca,
1537 conforme justificativa registrada no item 9.1, durante pedido de vista de todos os
1538 processos. **12) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA**
1539 **PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE**
1540 **OPERAÇÃO / AMPLIAÇÃO. 12.1) Areial Nossa Senhora Aparecida Eireli.**
1541 **Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.**
1542 **Paraguaçu/MG. PA/SLA 1608/2020, ANM: 830.946/1991. Classe 4 (conforme**

1543 **Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Sul**
1544 **de Minas.** Processo retirado de pauta com pedido de vista da ProMutuca,
1545 conforme justificativa registrada no item 9.1, durante pedido de vista de todos os
1546 processos. **13) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
1547 **EXCLUSÃO/ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTES DE LICENÇA PRÉVIA**
1548 **CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 13.1) Ical - Indústria de**
1549 **Calcinação Ltda. Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com**
1550 **ou sem tratamento, pilhas de rejeito/estéril e estradas para transporte de**
1551 **minério/estéril. Pains/MG. PA 00038/1986/013/2012, ANM: 830.303/1988.**
1552 **Classe: 6. Apresentação: Supram Alto São Francisco.** Processo retirado de
1553 pauta com pedido de vista da ProMutuca e vista conjunta de SME. Justificativas.
1554 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu gostaria de pedir vista em
1555 função de aspectos relacionados com o cumprimento de condicionantes.” A
1556 justificativa da ProMutuca foi registrada no item 9.1, durante pedido de vista de
1557 todos os processos. **14) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a
1558 serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença
1559 de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias